



PERMANENTE

A ALCA é uma das principais ferramentas do imperialismo norte-americano para consolidar sua hegemonia no nosso continente. Sua negociação acontece quando a ação do governo Bush torna a política internacional particularmente agressiva.

Rafael Freire e Rosane da Silva

Barrar a implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é um objetivo estratégico das organizações e partidos do campo democrático e popular no Brasil e em todo o continente. Nessa perspectiva, a realização do plebiscito popular sobre a ALCA, de 1 a 7 de setembro, terá um papel chave.

A ALCA é uma das principais ferramentas do imperialismo norte-americano para consolidar sua hegemonia no nosso continente. Sua negociação acontece numa fase em que a política internacional norte-americana mostra-se particularmente agressiva. Guerra contra o Afeganistão, apoio aos massacres que o governo de Israel realiza na Palestina, ameaça de ataque militar ao Iraque, participação ativa no golpe militar contra o governo Cha-

BARRAR A ALCA!

vez na Venezuela, gigantescos gastos públicos na indústria militar e o "unilateralismo" (contra decisões tomadas coletivamente nos fóruns internacionais) são algumas facetas da política externa de Bush.

Na base dessa política estão a tentativa de reativar a economia norte-americana com os gastos de guerra (como fez Reagan nos anos 80); a disputa pelo controle dos recursos naturais no mundo; a reafirmação da hegemonia norte-americana frente a pressão dos capitais europeus e japoneses, através da supremacia militar, único terreno onde esta hegemonia é inconteste; e a busca de legitimação para incrementar a presença de suas tropas em todas as regiões do planeta.

A ALCA é uma tentativa dos EUA de fazer com a América Latina toda o mesmo que fez com o México através do NAFTA (Acordo de Livre Comércio América do Norte). Trata de tudo que é estratégico para uma economia nacional, definindo regras comerciais, de investimentos, serviços, pesquisa científica, agricultura, produção cultural, setor público etc., com

regras que favorecem claramente o grande capital norte-americano e com mecanismos que permitem punir os países quando suas políticas afetam estes interesses.

Os governos participam das negociações sem dar a mínima satisfação à população sobre o que estão defendendo e impedindo um debate amplo sobre o que está em negociação. Esse caráter anti-democrático dos procedimentos dos governos envolvidos já é uma antecipação do conteúdo do acordo. Uma vez que um país aceite a ALCA terá aberto mão de sua soberania sobre tudo do que é estratégico para definir um projeto nacional. Junto com a soberania se perderá a possibilidade que através das instituições democráticas do seu país, o povo poder optar entre diversos projetos político para a nação – restando apenas o projeto consagrado na ALCA, virar apêndice dos EUA.

Não se trata, então, apenas de rejeitar a negociação "da ALCA como está" (o que significaria tentar incidir sobre o processo negociador, "negociar melhor" etc.), mas de barrar o projeto de anexação dentro de uma estratégia geral de

questionamento das políticas do imperialismo norte-americano. Trata-se de articular a resistência à ALCA com o combate às políticas que implementam esse projeto antes da assinatura do acordo: lei de transgênicos, lei de patentes, independência do Banco Central, Base de Alcântara, acordos com o FMI, etc.

No final desse ano, o presidente do Brasil assumirá com Bush a "co-ordenação" do processo negociador da ALCA, já na reta final para a aprovação do acordo. Como o Brasil tem presença geopolítica e base econômica que lhe permitiria (com outro governo) liderar uma política alternativa na região, para os EUA é muito importante que a política externa brasileira apareça comprometida com o projeto norte-americano.

O continuismo de Serra permitiria essa operação. Ao apresentar uma política econômica e externa alternativa para o país, a campanha do PT deve incorporar a ruptura com o processo da ALCA. A realização do plebiscito concomitante à campanha eleitoral será uma poderosa alavanca para que o debate de conteúdo (mais além das maquiagens produzidas pelos marqueteiros) apareça no embate entre Lula e Serra:

A realização do plebiscito deve ser entendida como parte de uma campanha de educação e mobilização popular massivas. O plebiscito acontecerá na primeira semana de setembro, mas a campanha não se encerra aí nem se limita à votação. Será o primeiro grande ato de massas de repúdio ao acordo que FHC vem negociando. Mas, para ser melhor sucedida, a campanha precisará tomar mais impulso e ganhar legitimidade na sociedade.

Rafael Freire e Rosane da Silva são membros da Executiva Nacional da CUT

NESTA EDIÇÃO:

Valores de uma nova civilização

Michael Löwy e Frei Betto discutem a atualidade dos valores que inspiraram a Revolução Francesa, incorporando a democracia e socialismo ao tripé "liberdade, igualdade e fraternidade"

Páginas 8 e 9

Guerra contra o terror

Phil Hearse faz um primeiro balanço da nova ofensiva imperial dos Estados Unidos

Páginas 3 e 4

O dinamismo do processo global

José Correa analisa os resultados do II Fórum Social Mundial

Páginas 12 e 13



NIKI DE SAINT PHALLE, MORTE, 1985

SHARON ANUNCIA O FIM DA PRIMEIRA ETAPA



- A ordem agora é acabar com os cachorrinhos!

DESBUROCRATIZAR O 1º DE MAIO

O 1º de maio é o dia internacional dos trabalhadores. Categoria fundamental para compreender a condição humana no mundo do capital, o trabalho é o lugar da precariedade das existências, o lugar do tempo imposto e submetido. Construir uma intervenção radicalmente nova é ampliar a celebração deste dia para além da classe trabalhadora e dos seus sindicatos. Será um momento de fazermos escolhas, para reinventar o espaço das lutas, fazer o encontro de nossos mundos: a juventude precarizada e a excluída, as mulheres oprimidas, raças minimizadas da condição humana e os militantes por um mundo diferente e livre do domínio do capital.

Aos movimentos anticapitalistas coloca-se a construção de uma jornada de resistência e de existência, jornada de luta e de ação para reencontrar a radicalidade deste velho dia de mobilização, quando os operários ocupavam suas fábricas, sabotavam

máquinas, ocupavam ruas. Ele voltará também à memória mais recente dos dias de ação global que avistaram as ruas tomadas numa nova cultura urbana, a de uma liberdade que invade nossas cidades globais, poluídas e policiadas, controladas pela tristeza instaurada como modo de governo. Estes dias serão, portanto, também de festas e de construção de novos espaços, de novas formas de participação e de libertações.

Esta jornada já é uma jornada de luta, mas ela é hoje ainda uma jornada que aparta. Nós queremos fazer dela uma jornada que una, na diversidade, àqueles que lutam por um mundo diferente, àqueles que este dia construirão mundos diferentes. Organismos Globalmente Mobilizados, invadamos o espaço da precariedade generalizada, peçamos um tempo que seja aquele de nossos desejos, uma vida que seja inventada por nós, um mundo de justiça e de paz, um mundo que contenha todos os nossos mundos.

O ANTI-BID EM FORTALEZA

Fortaleza, 7 a 13 de março de 2002. Estado de sítio não decretado, mas posto em prática. Helicópteros fiscalizando todo e qualquer movimento suspeito; grupos de policiais em cada esquina da cidade; bairros inteiros interditados e rodovias bloqueadas. O enorme contingente policial anunciava a chegada dos donos da América Latina, dos gerentes do capitalismo continental. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sabia da necessidade de prevenir-se, pois a ditadura do capital global tem se deparado com a globalização da resistência.

Para organizar uma agenda de protestos, um comitê formado por entidades e movimentos que representam os insatisfeitos. Sua programação era debatida com grande antecedência em plenárias, onde cada participante possuía o mesmo poder para contribuir, independente de representar entidade ou não. Não havia votação, respeitando-se as diversas tradições dos movimentos presentes.

O espaço das ruas foi reinventado em Fortaleza. A ocupação das ruas como espaço e momento de consciência prática, de comunicação com o povo, de construção de identidades baseadas na diversidade. O aumento considerável de militantes que se somam a estes atos é o contraste flagrante do esgotamento do tradicional modelo de ação dos movimentos sindical e estudantil.

Os movimentos anti-capitalistas não substituem os sindicatos, os partidos da classe trabalhadora e as entidades nacionais que organizam setores oprimidos. Sua contribuição parte do princípio de que uma diversidade de movimentos deve atacar o sistema, e que é necessário envolver todos em um movimento de movimentos. E reunir contra um único alvo movimentos como o de mulheres, jovens, estudantes,

desabrigados, camponeses, ambientalistas, operários, religiosos e de direitos civis básicos foi um ensinamento posto em prática em Fortaleza. O movimento anti-BID demonstrou a capacidade de articular, em momentos importantes, tradições diferenciadas de ação política.

O Comitê de Juventude Anti-BID protagonizou as mais expressivas ações de mobilização. Os piquetes nas ruas de Fortaleza iniciavam-se com cerca de 30 a 50 jovens e terminava, sempre, com mais de cem participantes. Questionar, com irreverência, a repressão e a privatização impostas ao espaço público – havia ruas “reservadas” para os participantes da reunião do BID – foi um mote que motivou muita gente a acompanhar o bloco da resistência.

O envolvimento da militância iniciava-se nos debates realizados em escolas, universidades e bairros, passava pela confecção dos materiais das mobilizações e culminava nas ações de rua. A ausência de carros de som tornava-se uma consequência da característica do espaço que construíamos. O trabalho de educação popular e convocação para as manifestações era realizado nos dias que antecederam os atos. Nas marchas, a juventude queria externar suas indignações, por meio de gritos de guerra e nos materiais produzidos.

As ações eram as mais diversas: jogar tinta nos outdoors que davam boas vindas aos participantes da reunião, retirar faixas postas nas ruas informando que aquela rua pertencia aos visitantes, fazer *panelaços* como forma de relacionar a situação atual da Argentina com as políticas implementadas por organismos como o BID. E no encerramento um *vassouração* percorreu as ruas da cidade ecoando o grito “o povo já decidiu: vamos varrer o BID do Brasil”.

Anderson Campos

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

A S S I N E

REVISTA SEM TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

AVISO AOS NOSSOS LEITORES

Em Tempo tem enfrentado, no último período, graves problemas de periodicidade. Não conseguimos manter uma regularidade na publicação bimestral de nosso jornal. Consciente disso, a Coordenação Nacional da Tendência Democracia Socialista do PT iniciou uma discussão para reunir os meios que viabilizem superarmos esta dificuldade. Entrementes, pedimos desculpas e a compreensão de nossos leitores e assinantes, certos de que sanaremos este problema em breve.

A S S I N E

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 48,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA**, Rua Albuquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 ou faça contato pelo telefone (011) 3667-3476. **Sucursal RS**: Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-380 - Fone: (51) 226-5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Jornal **Em Tempo** é uma publicação de Edições ET Ltda. Rua Albuquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 - Fax (11) 3666-5550 - E-mail: emtempo@uol.com.br

Jornalista Responsável: Célia Regina de Souza (MTb 18663 DRT/SP).
Equipe de Edição: José Corrêa Leite, Caio Galvão de França, Gustavo Codas, Caco Bisol e Márcia Helena Ramos.

Fechamento desta edição: 26 de abril de 2002.

Impressão: Extra Copy Gráfica e Editora Ltda.
Fone: (11) 6331-9032 - E-mail: extracopy@uol.com.br

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

E-MAIL:

"GUERRA CONTRA O TERROR"

A política dos Estados Unidos da "guerra contra o terrorismo" é uma iniciativa vigorosa de deslocar, sob a hegemonia norte-americana, a política mundial para a direita e golpear duramente seus principais opositores, tanto interna como externamente. A ofensiva político-militar da equipe Bush visa ao mesmo tempo, o movimento por justiça global, o terceiro mundo, a União Européia e os opositores internos, inclusive os democratas no Congresso. Ela tem também por objetivo ajudar os Estados Unidos a derrubar todas as barreiras que se opõem à dominação absoluta das empresas norte-americanas.

Agora, pela primeira vez depois do fim da guerra fria, o projeto norte-americano dispõe de uma ideologia totalizante, a "guerra contra o terrorismo". Isso representa uma nova e ambiciosa etapa, uma tentativa de suprimir politicamente toda oposição às multinacionais dos Estados Unidos e assegurar pelas próximas décadas a nova ordem mundial de que falava o Bush pai depois do colapso da União Soviética e da Guerra do Golfo em 1991.

Ideologicamente, a "guerra contra o terrorismo" representa a adesão a um imperialismo cada vez mais aberto e flagrante, o que conduziu o professor inglês Niall Ferguson a aconselhar os Estados Unidos a dizer abertamente que somente a dominação norte-americana – o governo mundial virtual dos EUA – é capaz de fazer funcionar o capitalismo. Uma versão um pouco mais "multilateral" desta idéia foi expressa pelo primeiro-ministro Tony Blair em seu discurso na conferência do Partido Trabalhista em outubro, quando inventou uma nova versão do poema de Kipling, *O fardo do homem branco*: a tarefa do Ocidente é comandar e civilizar os indígenas atrasados.

Uma campanha prolongada

Todo balanço sobre a forma como os Estados Unidos estão atingindo seus objetivos depois de 11 de setembro só pode ter um caráter provisório. Quando Bush e Dick Cheney dizem que a "guerra contra o terrorismo" é uma campanha de longa duração, devemos leva-los a sério.

2002 fornecerá novos testes importantes que permitirão avaliar melhor a relação de forças entre os Estados Unidos e seus opositores políticos. Mas algumas tendências já são claras.

Como era previsível, os EUA atingiram seus objetivos militares de destruição do regime Taleban e da rede Al Qaida, apesar deles não terem ainda conseguido capturar ou matar Osama Bin Laden.

A relativa facilidade desta vitória e o baixo número de vítimas norte-americanas reforçou os "falcões" do Pentágono e enfraqueceu o clã mais prudente do Departamento de Estado que gravita em torno de Colin Powell. Isso torna mais provável, a curto prazo, novos ataques contra outros Estados – e mais urgente e vital, de



nossa parte, a construção e a extensão de um movimento mundial pela paz.

A aliança que os Estados Unidos construíram em torno do ataque ao Afeganistão foi claramente bem sucedida, com resultados espetaculares no que concerne à Rússia. Mas é claro, agora, que ela não se manterá contra o Iraque, o Iêmen, a Somália ou o Sudão. Os Estados Unidos compreendem bem isso, mas mantêm sua orientação geral de extensão da guerra.

Em novembro, na conferência da OMC de Doha, no Qatar, os Estados Unidos atingiram o essencial de seus objetivos, isto é, lançar um novo ciclo de conversações sobre a liberalização do comércio mundial. Mas problemas substanciais permanecem, particularmente a oposição do Congresso dos Estados Unidos.

Não existe mais, agora, resistência norte-americana ao estratagema de Ariel Sharon, que consiste em transformar a guerra contra os palestinos em uma guerra contra o terrorismo. As raras declarações de Bush ou de Blair em favor de um Estado palestino não passam, hoje, de uma cobertura para permitir que os israelenses façam o que quiserem.

Muitos Estados responderam com entusiasmo a oferta dos Estados Unidos de colocar seus oponentes internos na lista de terroristas contra os quais a "comunidade internacional" está em guerra – entre eles, a Turquia, a Índia, as Filipinas e a Espanha. Mas nenhum mais do que Vladimir Putin, que teve seu genocídio na Chechenia consagrado como parte da "guerra contra o

terrorismo". Os governos da União Européia também sustentaram os ataques contra os direitos democráticos, como as prisões em massa sem processo nos Estados Unidos ou o novo projeto de lei anti-terrorista na Grã-Bretanha.

Mas o movimento contra a globalização neoliberal ou por justiça global não sofreu até hoje uma derrota decisiva e sua existência contribuiu para a construção rápida de um movimento de massa em resposta à guerra, cujo centro são a Itália e a Inglaterra.

A guerra

Os Estados Unidos utilizaram a totalidade de seu arsenal contra o Afeganistão, com previsíveis resultados mortais. As bombas que foram utilizadas contra os talebans tinham uma capacidade de destruição equivalente à de armas nucleares táticas. Marc Herold, da Universidade de New Hampshire, calculou, baseando-se em um estudo comparativo das notícias sobre mortes, que 37500 civis foram mortos pelos bombardeios norte-americanos. A isso deve-se somar os milhares de combatentes mortos e é claro que os Estados Unidos deu sinal verde para as forças anti-Taleban matarem seus prisioneiros não afegãos (provenientes principalmente dos países árabes e do Paquistão). "Forças especiais" norte-americanas e britânicas dirigiram os massacres, os mais conhecidos tendo ocorrido depois das batalhas de Kunduz e de Kandahar.

Como no Iraque e em Kosovo, a vitória norte-americana apoiou-se na utilização massiva de forças aéreas, com um engajamento mínimo no solo e, portanto, um baixo número de mortos do lado dos Estados Unidos. Isso criou um clima de euforia militar em Washington, com consequências imediatas sobre a "guerra contra o terrorismo".

Tudo isso modificou muito a relação de forças entre os "falcões" que gravitam em torno do secretário de defesa Donald Rumsfeld e o grupo de Colin Powell. É provável que os próximos passos sejam ataques contra os "estados fora-da-lei". Mesmo se Bush começar por atacar a

Num primeiro balanço da política imperial de Bush, Hearse mostra, como, pela primeira vez depois do fim da guerra fria, o projeto norte-americano dispõe de uma ideologia totalizante, a "guerra contra o terrorismo", que tenta suprimir toda oposição aos EUA.

Phil Hearse

Somália, o Iêmen ou o Sudão, o alvo principal é certamente o Iraque, o que significará uma guerra maior naquele país, com consequências incalculáveis em termos de vítimas e perdas materiais (...)

De imediato, os principais alvos de uma ação militar norte-americana parecem ser os seguintes:

- Enviar mil soldados para as Filipinas, para ajudar as forças governamentais a combater as guerrilhas islâmicas nas ilhas do sul;
- Aplicar o Plano Colômbia, em particular ajudando o governo Pastrana à desmantelar as zonas controladas pelas FARC;
- Desenvolver ações militares limitadas, executadas por forças agindo por conta dos Estados Unidos, contra facções no Sudão, na Somália ou no Iêmen. O governo do Iêmen, sob pressão norte-americana, lançou um ataque militar contra vilas das montanhas que se pretende serem controladas pela Al-Qaeda.

"A guerra deve determinar as alianças..."

Um elemento imprevisível nos planos militares foi, todavia, o escândalo político da falência da gigantesca empresa texana de energia Enron, a maior da história. Praticamente toda a equipe de Bush tocou em muito dinheiro proveniente da direção corrupta da Enron. Alguns deles estão implicados em ocultar a amplitude das dívidas da empresa. Enquanto milhares de empregados perderam seus postos de trabalho, suas economias e seus fundos de pensão, os dirigentes, prevenidos, venderam secretamente todas suas ações e tiveram até mesmo lucro. Este escândalo conduziu à Casa Branca e mostra bem como o capitalismo funciona. Will Huton afirmou que "a democracia norte-americana é cada vez mais uma fraude. O dinheiro permite que se compre influências, votos e postos. Comparado com Washington, a Roma de Calígula era apenas uma recepção mundana". Novas ações militares espetaculares permitiriam desviar a atenção da opinião pública norte-americana do papel de George Bush nestes acontecimentos.

continua na página 4

UMA CONJUNTURA QUENTE. Este artigo de Phil Hearse, escrito em

janeiro, delineia com clareza as linhas de força da conjuntura internacional estabelecida depois de 11 de setembro, fazendo um primeiro balanço da nova situação política.

Ele já apontava para episódios posteriores à sua redação, como a ofensiva do Plano Colômbia, o acirramento das "guerras comerciais" e a rápida deterioração da situação na Palestina. Na condensação, suprimimos as partes relativas às "guerras comerciais" (debatendo as consequências de Doha e da aprovação, por um voto, no Congresso dos EUA, do *fast track* para a Alca, mas ainda não incorporando a sobretaxa às importações de aço), à "guerra contra os direitos democráticos" nos Estados Unidos e na Eu-

ropa e à "Rússia e a guerra nas estrelas" (sobre a integração subordinada da Rússia à ordem imperial norte-americana e o esforço de Bush de lançar uma nova vaga de inovações tecnológicas militares).

Mas a conjuntura conheceu, por toda parte, rápidos desdobramentos, que estão iluminando os limites postos à política de Bush. Na América Latina, a crise na Argentina e na Venezuela. No Oriente Médio, as repercussões da ofensiva de Sharon para destruir a Autoridade Nacional Palestina. E na Europa, a rápida retomada da luta social e das iniciativas do movimento global. Nas páginas seguintes desta edição de *Em Tempo*, vários artigos aprofundam e atualizam o marco geral de análise desenhado por Hearse.

▶ continuação da página 3

É a intervenção militar contínua que afinal poderá conduzir a uma guerra contra o Iraque. A aliança que existia até agora para sustentar a guerra no Afeganistão não resistirá a uma nova guerra no Golfo. Mas, fundamentalmente, isso não preocupa os Estados Unidos. Rumsfeld declarou que "é a guerra que deve determinar as alianças e não as alianças que devem determinar a guerra". Em outras palavras, decide-se fazer a guerra e, a partir daí, constrói-se uma nova aliança. (...)

Palestina

Após o 11 de setembro, para assegurar o apoio verbal das nações árabes, o regime Bush fez declarações sobre a necessidade de um Estado palestino. Bush parecia, nesta época, constrangido pela tentativa de Sharon de subir no trem antiterrorista. Bush rejeitou também o plano do subsecretário de defesa, Paul Wolfowitz, de atacar os campos do Hezbollah no vale de Bekaa, controlado pelos sírios. Mas hoje a crítica implícita a Israel desapareceu completamente e Bush, fazendo eco a Sharon, fala do Movimento de Resistência Islâmico (Hamas) como se falasse de Bin Laden.

O governo israelense se colocou o objetivo de esmagar os palestinos, militar, econômica, política e psicologicamente. As centenas de vítimas mortas em ataques militares ou assassinadas são apenas um aspecto do crescimento da repressão que, a nível global, é feita de toques de recolher repetidos, cercos de cidades e vilas, destruição de casas, escritórios e imóveis governamentais, espancamentos e torturas, bloqueios dos acessos a Israel impedindo as pessoas de trabalharem, fechamento de estradas ligando regiões palestinas e a criação de uma atmosfera geral de angústia e de desmoralização.

Os acordos de Oslo, que eram uma nova versão do estabelecimento de Bantustões, como na África do Sul racista, foram substituídos pela noção de "semi-autonomia associada a uma ocupação consentida": se ficarem tranqüilos e abandonarem a luta, os palestinos terão o direito de administrar minúsculas porções de terra isoladas e constantemente vigiadas pelo exército israelense. Não há nenhuma possibilidade da nova geração palestina escapar disso e cada nova repressão acentua o avanço sobre ela do Hamas e de outros grupos islâmicos. No horizonte está a terrível perspectiva de um pogrom anti-palestino completo, que expulsaria definitivamente os palestinos da margem oeste do rio Jordão. (...)

O movimento por justiça global

Um movimento contra a guerra pôde ser construído em tempo recorde. Na Itália, ocorreram manifestações gigantescas, com cerca de 250 mil participantes em uma marcha entre Assis e Perugia e, em novembro, mais de cem mil pessoas em Roma, ridicularizando a manifestação simultânea em favor da guerra convocada por Berlusconi. Em Londres, 25 mil pessoas se manifestaram em 18 de novembro, com importantes forças sindicais e milhares de estudantes. Esta manifestação foi convocada por uma coalizão dirigida pela esquerda, com a participação das principais organizações socialistas – um sinal da tentativa da ex-

FRANÇA: CRISE DO PARTIDO SOCIALISTA

O primeiro turno das eleições presidenciais de 21 de abril foi marcado pelo profundo desgaste do governo da "esquerda plural" – Partido Socialista, Partido Comunista e Partido Verde. Lionel Jospin, primeiro ministro do PS, ficou fora do segundo turno. Ficou evidente também a insatisfação dos franceses com a política institucional: a abstenção de 28,5% entre os 40 milhões de eleitores franceses foi a maior de toda a história, superando o recorde anterior (22,4% em 1969, na ressaca do maio de 68). Jospin teve apenas 16,1% dos votos, ultrapassado por Jacques Chirac, atual presidente da França, da conservadora UDR, sobre o qual pesam graves acusações de corrupção, com 19,7%, e Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional, com 17,1%. O segundo turno será entre um candidato da direita e outro da extrema direita, racista e xenófoba.

A imprensa destacou o crescimento da extrema direita, um dado importante do processo, particularmente se colocado no contexto europeu (Áustria, Itália, Holanda) Mas este não é um elemento novo: Le Pen e a Frente Nacional tem obtido cerca de 15% dos votos nas eleições de que participa.

Mas os partidos de esquerda obtiveram 43,5% dos votos, mais do que em eleições anteriores. A novidade decisiva é explicitação do desgaste do governo da esquerda reformista e da crise do Partido Socialista. Nas eleições legislativas de 1997, seus componentes obtiveram 39% dos votos, contra apenas 27% nesta eleição. O candidato do Partido Verde, Noël Mamère, obteve 5,5% dos votos e Robert Hue, do Partido Comunista, obteve apenas 3,6%.

A campanha, polarizada pelos temas da direita (segurança), ignorou o crescimento da divisão social e da integração neoliberal da Europa, questões sobre as quais Chirac e Jospin em nada se diferenciavam.

O desgaste dos socialistas foi em boa medida capitalizado pelo crescimento das candidaturas trotsquistas: Arlette Laguiller, tradicional candidata da Luta Operária teve, 5,7% dos votos, e Olivier Besancenot, um trabalhador dos correios de 27 anos, candidato da Liga Comunista Revolucionária, que concorre pela primeira vez, obteve 4,3% dos votos. Uma terceira candidatura obteve 0,4%.

Este resultado vem na seqüência de uma série de desastres da social-democracia liberal (Itália, Espanha, Portugal), com perspectivas dramáticas para as próximas eleições na Alemanha e na Holanda, que devem enterrar definitivamente a "terceira via". Representa também uma recomposição profunda da relação de forças na esquerda francesa, com a esquerda radical disputando claramente no terreno da apresentação institucional (como já faz a Refundação Comunista na Itália e o Bloco de Esquerda em Portugal).

Para o segundo turno, que ocorre em 5 de maio, as primeiras pesquisas apontam 78% das intenções de votos para Chirac e 22% para Le Pen. E em junho ocorrerão eleições legislativas na França.

A seguir publicamos a declaração de Olivier Besancenot, candidato da LCR, na noite após a eleição.

"Ocorreu esta noite um terremoto político no país. É uma vitória dos piores inimigos dos assalariados e da juventude.

A Frente Nacional é uma corrente que

representa a direita da linha Vichy, o fascismo, os crimes nazistas da Segunda Guerra Mundial. Esta noite, eu partilho da tristeza de milhões de pessoas face a este crescimento da extrema direita, em particular dos milhões de emigrantes que vivem em nosso país. É o resultado da campanha desencadeada por Chirac e a direita sobre a insegurança e aceita por Jospin. É também o resultado político obtido pela esquerda plural no governo, que se afastou dramaticamente das classes populares. Ao mesmo tempo, estas eleições traduzem uma mudança da relação de forças à esquerda, com mais de 10% para a extrema esquerda, LO e LCR. Eu quero agradecer os 4,3% dos eleitores que votaram em minha candidatura, uma candidatura que partilha suas inquietudes e esperanças.

A multiplicação de candidaturas, à esquerda, não é responsável pelo avanço da extrema direita, mas sim a política de sucessivos governos depois de vários anos. Deve-se agora refundar a esperança a esquerda. Antes de tudo, apoiando-se nas forças de renovação que se exprimiram, sobre as candidaturas de Luta Operária e da Liga Comunista Revolucionária, organizações que tem responsabilidades particulares nesta nova situação. A esperança é também a juventude que luta massivamente contra a mundialização capitalista e o fascismo. Dirijo-me ao conjunto dos eleitores de esquerda, socialistas, comunistas, ecologistas, mas também aos militantes associativos, sindicalistas, para organizar uma resistência popular ao crescimento da extrema direita, um grande movimento conjunto contra o fascismo e o patronato."

Olivier Besancenot, às 21 horas de 21 de abril de 2002. ■



EUA GLOBALIZAM A DOCTRINA MONROE



O governo de George Bush redefiniu a política externa dos Estados Unidos depois dos atentados de 11 de setembro elaborando o que seria uma “doutrina Monroe global”. Ela percebe o mundo como dividido entre os aliados subordinados aos interesses norte-americanos e os inimigos que representam uma ameaça direta e que devem ser destruídos ou neutralizados.

Em um pedido enviado ao Congresso no mês passado, Bush solicitou centenas de milhões de dólares em fundos adicionais para ampliar as alianças militares dos Estados Unidos com 19 países que são parte desta nova doutrina. Estão aí o Iêmen, Omã, Jordânia, Turquia, Cazaquistão e Colômbia. “Ou vocês estão conosco ou vocês estão com os terroristas”, esta foi a declaração do governo Bush pouco depois dos ataques de 11 de setembro e, lenta mas firmemente, ele está dividindo o mundo entre os amigos e os inimigos dos Estados Unidos.

Funcionários norte-americanos, a começar pelo próprio Bush, caracterizam este giro na política externa como de natureza histórica, e iniciam a primeira mudança de fundo depois do final da Segunda Guerra Mundial e da estratégia de “contenção” que foi a base da guerra fria.

“Eu verdadeiramente creio que este período é parecido com aquele de 1945 a 1947”, explica a conselheira de segurança nacional da Casa Branca, Condoleezza Rice, em uma entrevista recente à revista *The New Yorker*. “Acredito que 11 de setembro foi um destes grandes acontecimentos, que clarificam e orientam”.

Rice acrescentou que a resposta ao terrorismo e as medidas preventivas contra a acumulação de armas de destruição massiva são as bases ideológicas para uma nova política externa norte-americana, mais firme e mais robusta. No centro desta política se encontra a afirmação de um papel mais dominante dos Estados Unidos no mundo. “Na discussão teórica, os realistas prediziam que quando houvesse uma grande potência como os Estados Unidos, não se passa-

ria muito tempo sem que aparecessem outras grandes potências que a desafiassem ou que tentassem estabelecer um equilíbrio com ela”. Mas na conjuntura atual, isso não se produzirá tão cedo: “o que se vê é que desta vez existe ao menos uma predileção pelas relações produtivas e de cooperação com os Estados Unidos, em lugar de se tentar concorrer com os Estados Unidos”.

Supremacia a qualquer preço

Por detrás da retórica, há fatos que confirmam a decisão de estabelecer um poder militar sem precedentes para operar com esta “nova realidade”. Os gastos militares dos Estados Unidos são mais importantes que os dos oito outros países com maiores gastos militares. Só os 40 bilhões de dólares que a Casa Branca pediu de fundos adicionais para o orçamento militar são equivalentes às despesas militares totais da China.

Assim, a nova doutrina tem um objetivo simples: manter a todo preço a supremacia dos Estados Unidos no mundo e considerar todo obstáculo, toda resistência como um desafio intolerável. Uma série de iniciativas recentes decorrem das premissas desta nova doutrina Bush. Como parte da campanha global contra o “terrorismo”, foram enviados conselheiros militares, tropas, equipamentos e fornecida formação para as Filipinas, a Colômbia e mais de uma dúzia de outros países.

O governo Bush também anunciou que ele se retirava do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (como primeiro passo para estabelecer um novo sistema de defesa espacial ou de Guerra nas Estrelas). Além disso, ele não somente não ratificou, mas também retirou sua assinatura do Tribunal Penal Internacional, rejeitando toda autoridade superior a sua soberania nacional. E reduziu os obstáculos à utilização de armas nucleares.

Um dos próximos passos imediatos anunciados é a tentativa de derrubar o regime de Saddam Hussein, e o *New Yorker* assinalou que já se aprovou um orçamento de

dez bilhões de dólares para as “operações subsequentes” na guerra contra o “terrorismo” para além do Afeganistão.

Soberania condicionada

Mas esta doutrina, que foi criticada como um unilateralismo agressivo, não é nova e não foi decidida depois de 11 de setembro. Alguns analistas assinalaram, citando fontes do próprio governo, que esta “nova” política foi desenvolvida, de fato, por funcionários do Pentágono do governo Bush pai, no fim da dita guerra fria.

Um alto funcionário do atual governo explicou ao *New Yorker* que há dez anos um grupo de funcionários civis do Pentágono recebeu como tarefa elaborar um novo plano estratégico global para os Estados Unidos depois da queda do Muro de Berlin. Os principais formuladores desta estratégia eram dois funcionários relativamente desconhecidos, Paul Wolfowitz e Lewis Libby. Atualmente Wolfowitz é o subsecretário da defesa e Libby é o chefe de gabinete do vice-presidente Dick Cheney. Os dois sustentam que o Pentágono deveria elaborar uma estratégia internacional cujo objetivo central seria prevenir que qualquer outra nação ou aliança de países pudessem se converter em uma outra grande potência, concorrendo com o poder dos Estados Unidos no mundo.

A idéia central seria, simplesmente, segundo o esboço deste documento de 1992, obter o surgimento de outra superpotência.

“Embora os Estados Unidos não possam se converter em polícia do mundo, assumindo a responsabilidade de corrigir todos os erros, eles tem a responsabilidade de primeiro nível de combater de forma seletiva os males que ameaçam não somente nossos interesses mas também de nossos aliados ou amigos e que poderiam desorganizar as relações internacionais”, escreveram Wolfowitz e Libby neste documento.

Jim Lobe, que trabalhou para a agência Inter Press cobrindo os governos de Ronald

Os atentados de 11 de setembro forneceram um pretexto para os EUA advertirem a todos de que ninguém poderá desafiá-los. O mundo foi dividido entre aliados subordinados aos seus interesses e os inimigos que devem ser destruídos ou neutralizados.

Jim Cason e David Brooks

Reagan, George Bush pai e de Bill Clinton, foi um dos primeiros jornalistas em Washington a estabelecer os laços entre a política global norte-americana desenvolvida durante o governo Bush pai e sua aplicação depois de 11 setembro pelo governo Bush filho.

“Estas pessoas já tinham suas idéias e viram uma oportunidade para promovê-las (depois de 11 de setembro) e utilizaram plenamente esta oportunidade”, disse Lobe. “Agora, os Estados Unidos estabeleceram acordos militares para se contrapor a um possível rival à sua hegemonia”.

De acordo com Lobe, a nova política de Bush é nada menos do que uma nova Doutrina Monroe global. “Creio que é a Doutrina Monroe globalizada, no sentido que ela supõe uma posição hegemônica dos Estados Unidos, não somente no hemisfério ocidental, mas em escala mundial”.

É claro que não há um consenso absoluto no mundo oficial em Washington sobre isso que se chamou de o “novo unilateralismo”. Há vozes influentes que não concordam, em particular no interior do Departamento de Estado, não sobre o que seja o objetivo final, mas em relação aos meios para atingi-lo. Alguns assinalam que a melhor maneira de manter a posição dominante dos Estados Unidos no mundo é através de uma melhor cooperação e pela criação de coalizões com outros países.

“O que vemos neste governo é o surgimento de um novo princípio ou de uma série de idéias – eu não estou certo que isso constitui uma doutrina – sobre o que se poderia chamar os limites da soberania”, explica Richard Hass, diretor do Escritório de Previsões de Políticas do Departamento de Estado. “A soberania implica obrigações. Uma é não massacrar seu próprio povo. Outra é não apoiar o terrorismo de nenhuma maneira. Se um governo fracassa em suas obrigações, ele perde algumas das vantagens normais da soberania, inclusive o direito de ser deixado em paz dentro de seu próprio território. Outros governos, e inclusive os Estados Unidos, teriam o direito de intervir”, explicou Hass ao *New Yorker*.

Washington, 2 de abril. ■

Jim Cason e David Brooks. Artigo originalmente publicado no *La Jornada*. Traduzido do *La Gauche* de Quebec.

“NÃO EM NOSSO NOME!”

Dois documentos, um de franceses de origem judaica que recusam a guerra promovida por Sharon, e outro do MST, situam o debate da situação na Palestina, ocupada por tropas israelenses que buscam esmagar o movimento palestino de libertação nacional.

Documentos



OCY/PHOTOFEST

O Conselho representativo das instituições judaicas da França (CRIF) convocou uma manifestação para 7 de abril, não apenas para protestar contra os ataques aos lugares de culto, mas para “apoiar Israel”. No momento em que a limpeza militar chega ao auge nos territórios ocupados, este apoio ganha um significado bem particular. Pretendendo falar em nome dos judeus do mundo inteiro, os dirigentes israelenses e os porta-vozes da comunidade usurpam a memória coletiva do judeucídio e cometem um desvio de herança. Retomando a palavra de ordem dos oponentes norte-americanos às cruzadas imperiais, respondemos: “Não em nosso nome!”

Ariel Sharon resolveu, de fato, com o apoio de George Bush, esmagar a resistência palestina, destruir suas instituições, humilhar seus dirigentes e empurrar seu povo para um novo êxodo. No dia da Páscoa, os noticiários de televisão nos ofereceram o espetáculo de mau gosto de um presidente estadunidense, vestindo roupas informais de fim de semana, exigindo cingidamente um esforço maior e mais boa-vontade de um Yasser Arafat sitiado nos seus escritórios, privado de água, e iluminado à luz de vela! Diante da trágica solidão do povo palestino, a “comunidade internacional” rivaliza na fuga à responsabilidade e em capitulações vergonhosas.

Os ministros trabalhistas israelenses executam docilmente a política do pior! Os dirigentes árabes não fazem nada para fazer respeitar os direitos do povo palestino! Prontos a acompanhar as legiões imperiais americanas em nome do direito internacional, os dirigentes europeus se contentam, no máximo, com boas palavras, quando as tropas de Sharon pisoteiam abertamente as resoluções da ONU! As belas almas intelectuais, que se emocionaram, com razão, com a sorte dos refugiados kosovares ou com os bombardeios sobre Grozny, se calam quanto à sorte dos refugiados palestinos e se lavam as mãos diante dos muros calcinados e das ruínas de Ramallah! Cheios de compaixão pré-eleitoral com as vítimas de atos anti-semitas que nada, e com certeza não o apoio ao povo palestino, pode justificar, nossos governantes se tornam pudicamente silenciosos diante dos crimes cometidos pelas tropas de ocupação na Cis-

jordânia! Aqueles e aquelas que justificam o direito de volta dos judeus a Israel em nome de um direito de sangue milenar, recusam o direito do solo aos palestinos! Os dignitários das Nações Unidas se acomodam diante das humilhações infligidas à Autoridade Palestina! Os que pretendem administrar a justiça universal viram a cabeça diante das “liquidações extrajudiciais”, das execuções sumárias de prisioneiros e dos crimes de guerra de Ariel Sharon!

Reconhecido pela Autoridade Palestina e por muitos governos árabes, o fato nacional israelense está estabelecido de maneira irreversível. Mas uma paz duradoura exige o reconhecimento recíproco de dois povos e sua coexistência fundada sobre direitos iguais. Os israelenses têm um Estado soberano, um exército poderoso, um território; os palestinos estão alojados em campos há meio século, submetidos a brutalidades e humilhações, sitiados num território encolhido: do tamanho de um departamento francês, a Cisjordânia está lacerada por estradas estratégicas, crivada por mais de 700

pontos de checagem, crispada por colônias.

Não há simetria entre ocupantes e ocupados. A retirada incondicional do exército israelense dos territórios ocupados e o desmantelamento das colônias não seriam nem mesmo uma reparação da injustiça feita aos palestinos, mas simplesmente a aplicação de um direito formalmente reconhecido há trinta e cinco anos, desde as resoluções 242 e 237 da ONU até a resolução 1042 do Conselho de Segurança. Bush pede, ao contrário, cada vez mais concessões e garantias às vítimas. Sharon seqüestrou seus representantes, dinamita suas casas, enquanto seu exército bloqueia a ajuda sanitária. Esta política conduz diretamente a catástrofe, não apenas para o povo palestino ameaçado por um novo êxodo purificador, mas também para o povo israelense levado a uma espiral suicida por seus dirigentes. Pois qual pode ser o futuro de um Estado fundado na opressão, na injustiça e no crime? E qual pode ser o futuro de um povo que foge de suas infelicidades e de suas angústias com uma escalada sangüinária?

POSIÇÃO DO MST Diante da grave situação do conflito do Oriente Médio,

envolvendo o Estado de Israel e o Povo Palestino, e da repercussão internacional da presença de um dirigente do MST – o companheiro Mário Lill-, e de outros dirigentes da Via Campesina, junto aos dirigentes da Autoridade Nacional Palestina, esclarecemos: (...)

Sobre o Conflito:

5. Repudiamos a política do governo de Ariel Sharon que, traindo as tradições humanistas judaicas de respeito a vida e a dignidade de qualquer ser humano, tem semeado desespero e morte tanto entre os palestinos com entre os israelenses, como denunciou o judeu Sérgio Yahní – mantido preso por recusar-se a reingressar no exército de Israel para reprimir os palestinos.

6. Repudiamos a política do governo de George Bush que, aproveitando-se dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, promove, com a força de suas armas, uma ofensiva imperialista, gerando insegurança e ameaças contra todos os povos que se opõem aos seus interesses.

7. Repudiamos a tímida e hesitante política da maioria dos países – principalmente dos governos europeus – frente ao genocídio que o governo de Ariel Sharon está promovendo contra a Nação Palestina e frente a ofensiva militarista dos EUA que, praticamente, instaurou um Estado de Sítio planetário.

8. Apoiamos e nos solidarizamos com o povo palestino, que está sendo vítima de um verdadeiro genocídio, na sua luta contra a ocupação do seu território, promovida pelo

governo de Israel, e por seu direito a um Estado livre e soberano.

9. Apoiamos e nos solidarizamos com o povo israelense, também vítima da violência gerada pela insana agressão, opressão e humilhação que o exército do seu país vem promovendo contra a Nação Palestina. Apoiamos a existência do Estado de Israel, respeitando as fronteiras anteriores à guerra de 1967.

10. Apoiamos e nos solidarizamos com as manifestações populares, de israelenses e palestinos, cada vez maiores, que buscam a paz da região, na construção de uma convivência pacífica entre os dois povos, baseado no respeito mútuo. Nossa solidariedade e apoio, de modo especial, à luta dos oficiais e soldados israelenses que se recusam a integrar o exército para reprimir o povo palestino em seu território.

11. Defendemos o imediato fim da ofensiva militar do exército israelense em território palestino, recuando às fronteiras existentes antes da guerra de 1967, e a imediata implementação das Resoluções 242 e 243 da ONU, assegurando a existência de dois Estados livres e soberanos.

Não acreditamos que a força das armas trará a paz. Acreditamos que ela será resultante do mútuo respeito e da justiça. Acima de tudo, acreditamos, como escreveu o israelense Amos Oz, que os povos que lutam por sua liberdade, por sua terra e por sua vida serão vitoriosos, sempre!

Direção Nacional do MST
São Paulo, 8 de abril de 2002.

Era previsível que, de tanto assimilar o judaísmo à razão de Estado israelense, e apresentar as instituições judaicas como embaixadas oficiosas de Israel, os aprendizes de feiticeiros do Grande Israel acabariam por serem cobrados pelo que dizem, o que não torna menos odiosos e inadmissíveis os atentados contra sinagogas e escolas. Condenamos as agressões que visam uma comunidade enquanto tal e tornam os judeus coletivamente responsáveis pelos abusos cometidos pelo governo israelense. Condenamos toda deriva anti-semita da luta contra sua política.

Condenamos, por razões tanto morais quanto políticas, os atentados contra as populações civis em Israel. As ações contra as colônias e o exército de ocupação constituem, ao contrário, uma resistência historicamente legítima e uma defesa de direitos imprescritíveis. Há apenas três meses o ministro israelense do Interior, Ouzi Landau, anunciava no *Le Monde* (14 de dezembro de 2001) uma “luta de morte” contra os palestinos enquanto estes tiverem uma gota de esperança. Este desespero conscientemente alimentado constitui o solo em que se enraiza a violência extrema. Enquanto Sharon havia prometido segurança aos israelenses, seu país tornou-se o lugar do mundo em que os judeus estão mais inseguros. Estava no entanto claro que, ligando a sorte de seu povo à guerra ilimitada contra o terrorismo decretada por George Bush, sua política se tornaria uma máquina infernal de fabricar kamikazes.

Denunciando toda deriva racista ou anti-semita, na França como no Oriente Médio, solidários de todos os direitos nacionais e democráticos do povo palestino, recusamos a escalada guerreira e sua crônica de um desastre anunciado. Exigimos o fim dos massacres e a aplicação das resoluções da ONU, a retirada incondicional de Israel dos territórios ocupados, o desmantelamento das colônias e o reconhecimento imediato pela União Européia de um Estado palestino laico e soberano.

Daniel Bensaid, Suzanne de Brunhoff, Rachel Garbaz, Gisèle Halimi, Samuel Johsua, Francis Kahn, Pierre Khalifa, Hubert Krivine, Dominique Lévy, Henri Maler, Nicolas Shashahani, Catherine Samary, Michèle Sibony, Pierre Vidal-Naquet, Julie Wornan, Olivia Zemor e outros. ■

Parece que a Venezuela não é outra república de bananas, depois de tudo. Muitos aqui temeram que, com a tentativa de golpe de 11 de abril contra o presidente Hugo Chavez, a Venezuela tivesse sido reduzida a condição de mais um país forçado a se submeter à vontade dos Estados Unidos. O sucesso do contra-golpe de 14 de abril, que reinstalou Chavez no governo, mostrou que a Venezuela é mais esperta do que os golpistas pensavam.

Os líderes do golpe contra Chavez cometeram dois erros de cálculo fundamentais. Primeiro, começaram a ter ilusões de grandeza, acreditando que o apoio a seu golpe era tão completo que poderiam simplesmente ignorar os demais membros de sua conspiração e monopolizar o poder. A confederação sindical CTV, que se via como um dos principais atores do movimento de oposição a Chavez, assim como todos os partidos de oposição moderada foram excluídos do novo gabinete de "união democrática". Este gabinete de transição terminou incluindo apenas os elementos mais conservadores da sociedade venezuelana. Eles dissolveram o legislativo, a Corte Suprema, a procuradoria geral, a comissão eleitoral nacional e os governadores dos estados, entre outros organismos. Decretaram, em seguida, a suspensão da Constituição de 1999, que foi escrita por uma Assembléia Constituinte e ratificada por voto, seguindo os procedimentos estabelecidos na Constituição anterior. O novo presidente de transição governaria por decreto até o próximo ano, quando novas eleições seriam convocadas. Segundo os manuais, tratava-se claramente de uma ditadura.

Este erro de cálculo levou a vários protestos contra o novo regime, talvez sob pressão dos setores da oposição excluídos, talvez por um genuíno arrependimento, e resultou primeiro em um ultimato para alterar o decreto de "transição democrática" e depois na retirada do apoio ao novo governo. O presidente interino Pedro Carmona, dirigente da maior câmara comercial da Venezuela, imediatamente concordou em reinstalar a Assembléia e depois com as demais exigências dos generais.

Chavez impopular?

O segundo erro de cálculo foi a crença de que Chavez era irremediavelmente impopular e que ninguém, exceto Cuba e as Farc, lastimaria sua partida. Depois do choque e desmoralização iniciais do golpe entre os apoiadores de Chavez, este erro estratégico conduziu a grandes sublevações e protestos nos bairros pobres de Caracas. Em praticamente todos, manifestações espontâneas e cacerolaços eclodiram em 13 e 14 de abril. A polícia imediatamente tentou suprimir estas manifestações e dezenas de pessoas morreram nos confrontos. Então, no início da tarde, através de uma convocação boca a boca e do uso de telefones celulares (a Venezuela tem um dos maiores índices de uso de celulares do mundo), uma demonstração de apoio a Chavez foi chamada para o palácio presidencial de Miraflores. Às seis da tarde, cem mil pessoas ocupavam as ruas em volta do palácio. Ao mesmo tempo, o batalhão de pára-quedistas ao qual Chavez pertencia decidiu permanecer leal à ele e tomar o palácio presidencial. Depois, preocupados com a difusão do apoio a Chavez pelo país, importantes batalhões do interior da Venezuela começaram a se colocar ao seu lado.

O apoio ao regime de transição se evaporou entre os militares, de forma que Carmona teve que anunciar sua renúncia. Na medida em que a ousadia dos apoiadores de Chavez crescia, eles tomaram vá-

rias estações de televisão, que não tinham noticiado uma única palavra sobre os motins e as demonstrações. Finalmente por volta da meia noite, anunciou-se que Chavez estava livre e que retomaria a presidência. As multidões do lado de fora de Miraflores ficaram extasiadas. Ninguém acreditava que o golpe poderia ou seria revertido tão rápido. Quando Chavez apareceu na televisão nacional, por volta das quatro horas da manhã, brincou que ele sabia que voltaria, mas que nunca imaginou que isso aconteceria tão rápido. Disse não teve nem mesmo tempo para descansar e escrever poemas.

Acreditando na propaganda

Como pode um golpe aparentemente tão impecavelmente planejado e executado desmontar-se em 48 horas? Além dos dois erros de cálculo mencionados, parece que o coração dos militares não estava totalmente comprometido com o golpe. Na medida em que ficou claro que o golpe foi apropriado pela extrema direita e que

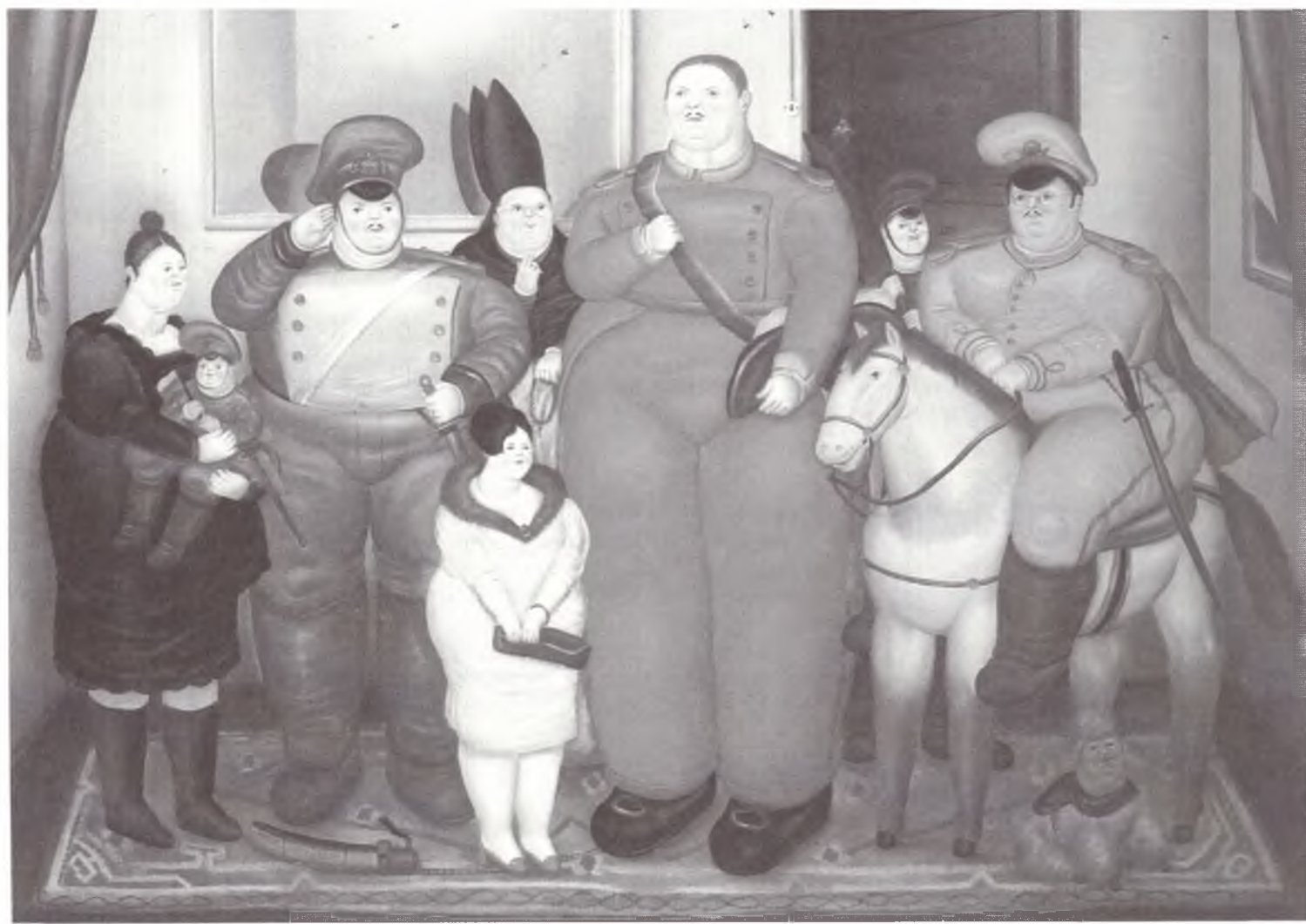
uma longa história do movimento comunitário e de esquerda no país. Além disso, parece que embora muitos venezuelanos estivessem descontentes com a falta de resultados rápidos de Chavez na implantação das reformas que prometeu, ele ainda era o político mais popular no país.

A mídia e o movimento de oposição tentaram criar a ilusão de que Chavez estava completamente isolado e que ninguém mais o apoiava. Fizeram isso através da organização de manifestações massivas, com muita ajuda dos canais de televisão, que transmitiam regularmente reportagens dos protestos contra Chavez, mas sistematicamente ignoravam os protestos a seu favor, que por todos os informes imparciais, seriam do mesmo tamanho. Os canais de televisão disseram que eles não cobriram as demonstrações pró-Chavez porque os manifestantes ameaçavam as vidas dos jornalistas – o que não parece ter qualquer sustentação.

Quase toda a mídia é propriedade da oligarquia venezuelana. Há apenas um jornal neutro, que não é explicitamente

Os líderes do golpe contra Chavez cometeram dois erros: acreditaram que poderiam ignorar os demais membros de sua conspiração e monopolizar o poder e avaliaram que Chavez era irremediavelmente impopular e que ninguém lastimaria sua partida.

Gregory Wilpert



Chavez tinha muito mais apoio do que o que se imaginava, uma boa parte dos militares decidiu rejeitar o golpe, em um efeito de bola de neve sobre as forças armadas. Além disso, quando se anunciou que uma das principais razões do golpe era evitar derramamento de sangue e que os militares venezuelanos não usariam suas armas contra seu próprio povo, os apoiadores de Chavez sentiram-se mais estimulados para sair e protestar contra o golpe sem medo de retaliações.

Muito importante, todavia, foi que os golpistas pareceram acreditar em sua própria propaganda: que Chavez seria um líder muito impopular. O que eles parecem ter esquecido é que Chavez não é uma fraude, um fenômeno que surgiu na Venezuela como resultado do caos político, como alguns analistas parecem acreditar. O movimento de Chavez tem raízes em

anti-Chavez, e uma cadeia de televisão estatal. Durante o golpe, a cadeia estatal ficou fora do ar e toda a mídia afirmando que os golpistas não sofriam nenhum questionamento.

A mídia nunca divulgou as repetidas dúvidas que os membros do gabinete de Chavez levantaram sobre sua renúncia. Ela também não divulgou os nomes dos que foram baleados, provavelmente porque isso mostraria que a maioria dos mortos eram manifestantes pró-Chavez. Finalmente, a mídia editou o vídeo mostrando os disparos de forma a evitar que se percebesse que eram os apoiadores de Chavez que estavam sendo baleados.

Estas distorções da mídia nas vésperas do golpe mostram como ela é poderosa para criar uma realidade alternativa. Os apoiadores de Chavez que estavam nas manifestações e testemunharam os aconte-

cimentos perceberam mais do que nunca que o poder necessita de um meio e que aqueles que controlam a mídia tem muito mais poder do que eles. É por isso que as estações de televisão se transformaram em um alvo chave no contragolpe. A tomada de quatro das oito estações foi essencial para a volta de Chavez porque mostrou ao resto dos militares e da Venezuela que Chavez ainda tinha muito apoio popular e que se as pessoas realmente quisessem, elas poderiam lutar contra o golpe.

Finalmente, esquece-se que Chavez está entre os presidentes venezuelanos menos autoritários. Durante a presidência de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), o assassinato de manifestantes era uma ocorrência quase mensal e a censura de jornais uma rotina. Nada disso ocorreu durante o governo Chavez. ■

Gregory Wilpert vive em Caracas. Desenvolve pesquisas na área de sociologia do desenvolvimento. Artigo publicado pelo site **Common Dreams**: www.commondreams.org.

VALORES DE UMA NOVA CIVILIZAÇÃO

Os valores que podem inspirar uma alternativa à mercantilização do mundo são valores qualitativos, irredutíveis à quantificação monetária: os ideais da Revolução Francesa de 1789, liberdade, igualdade e fraternidade, mas também os da democracia e do socialismo.

Michael Löwy e Frei Betto



Propomos, nestas páginas, alguns temas possíveis para o debate em torno da questão: “Princípios e valores da nova sociedade”. Não se tratam de axiomas, mas de hipóteses de trabalho e sugestões de reflexão.

Nós, do Fórum Social Mundial, acreditamos em certos valores, que iluminam nosso projeto de transformação social e inspiram nossa imagem de um novo mundo possível. Aqueles que se reúnem em Davos – banqueiros, executivos e chefes de Estado, que dirigem a globalização neoliberal (ou *globocolonização*) – também defendem valores. Não devemos subestimá-los, pois eles acreditam em três grandes valores e estão dispostos a lutar com todos os meios para salvá-los – até guerra, se for preciso. Três importantes valores, contidos no coração da civilização capitalista ocidental, na sua forma atual. Os três grandes valores do credo de Davos: o dólar, o euro e o yen. Estes três não deixam de ter suas contradições, mas, juntos, constituem a escala de valores neoliberal globalizada.

A principal característica comum destes três valores é a sua natureza estritamente *quantitativa*: eles não conhecem o bem e o mal, o justo e o injusto. Conhecem apenas quantidades, números, cifras: um, cem, mil, um milhão, um bilhão. Quem tem um bilhão – de dólares, euros ou yens – vale mais do que quem tem só um milhão, e muito mais do que aquele que só tem mil. E, obviamente, aquele que não tem nada, ou quase nada, nada vale na escala de valores de Davos. É como se não existisse. Está fora do mercado e, portanto, do mundo civilizado.

Juntos, os três valores constituem uma das divindades da religião econômica liberal: a Moeda ou, como se dizia em aramaico, Mamon. As outras duas divindades são o Mercado e o Capital. Tratam-se de fetiches ou ídolos, objetos de um culto fanático e exclusivo, intolerante e dogmático. Este fetichismo da mercadoria, segundo Marx; ou esta idolatria do mercado – para utilizar a expressão dos teólogos da libertação Hugo Assmann e Franz Hinkelammert – e do dinheiro e do capital, é um culto que tem suas igrejas (as Bolsas de Valores); seus Santos Ofícios (FMI, OMC

etc.); e a perseguição aos herejes (todos nós, que acreditamos em outros valores). Trata-se de ídolos que, como os deuses cananeus Moloch ou Baal, exigem terríveis sacrifícios humanos: no Terceiro Mundo, as vítimas dos planos de ajuste estrutural, homens, mulheres e crianças sacrificados no altar do fetiche Mercado Mundial e do fetiche Dívida Externa.

Um corpo impressionante de regras canônicas e princípios ortodoxos serve para legitimar e santificar esses rituais sacrificiais. Um vasto clero de especialistas e gestores explica os dogmas do culto às multidões profanas, mantendo as opiniões heréticas longe da esfera pública. As regras éticas desta religião são as já estabelecidas, há dois séculos, pelo teólogo econômico Sir Adam Smith: que cada indivíduo busque, da maneira mais implacável possível, seu interesse egoísta, sem prestar atenção a seu próximo, e a mão invisível do deus-mercado cuidará do resto, trazendo harmonia e prosperidade a toda a nação.

Esta civilização do dinheiro e do capital transforma tudo em mercadoria – a terra, a água, o ar, a vida, os sentimentos, as convicções –, que se vende pelo melhor preço. Até as pessoas ficam submissas à mercadoria, pois subverte a relação humanitária pessoa-mercadoria-pessoa. Visto esta camisa de algodão, que é uma mercadoria, para humanizar minha convivência social, pois seria estranho que eu comparecesse sem camisa no trabalho ou num encontro entre amigos. Agora, a relação predominante é mercadoria-pessoa-mercadoria. A grife da camisa que visto me imprime valor. Em outras palavras, se chego à sua casa de ônibus ou bicicleta, tenho um valor Z. Se chego de BMW, tenho um valor A. Sou a mesma pessoa e, no entanto, a mercadoria que me reveste me imprime mais ou menos valor, reificando-me.

Já no século XIX, um crítico da economia política havia previsto, com lucidez profética, o mundo de hoje: “Chegou, enfim, um tempo em que tudo o que os seres humanos haviam considerado inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico e pode alienar-se. É o tempo em que as coisas mesmas, que até então eram co-

municadas, mas nunca trocadas; dadas, mas nunca vendidas; conquistadas, mas nunca compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc – em que tudo, enfim, passou para o comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, tendo-se tornado valor venal, é levada ao mercado para ser apreciada por seu valor adequado” (Marx, *Miséria da filosofia*).

Valores qualitativos

Face a esta civilização da mercantilização universal, que afoga todas as relações humanas nas “águas geladas do cálculo egoísta”, o Fórum Social Mundial representa, antes de tudo, uma recusa: “o mundo não é uma mercadoria!” Isto é, a natureza, a vida, os direitos do homem, a liberdade, o amor, a cultura, não são mercadorias. Mas o FSM encarna também a aspiração a um outro tipo de civilização, baseada em outros valores que não o dinheiro ou o capital. São dois projetos de civilização e duas escalas de valores que se enfrentam, de forma antagônica e perfeitamente irreconciliável, no umbral do século XXI.

Quais os valores que inspiram este projeto alternativo? Trata-se de valores *qualitativos*, éticos e políticos, sociais e culturais, irredutíveis à quantificação monetária. Valores que são comuns à maior parte dos grupos e das redes que constituem o grande movimento mundial contra a globalização neoliberal.

Podemos partir dos três valores que inspiraram a Revolução Francesa de 1789 e, desde então, estão presentes em todos os movimentos de emancipação social da história moderna: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Como assinala Ernst Bloch em seu livro *Direito natural e dignidade humana* (1961), estes princípios, inscritos pela classe dominante no frontão dos edifícios públicos na França, nunca foram por ela realizados. Na prática, escrevia Marx, eles foram, muitas vezes, substituídos por Cavalaria, Infantaria e Artilharia... Fazem parte da tradição subversiva do inacabado, do ainda não-existente, das promessas que

não foram cumpridas. Possuem uma força utópica concreta, que “vai bem além do horizonte burguês”, uma força de dignidade humana que aponta para o futuro, para a “marcha de cabeça levantada” da humanidade, para o socialismo. Se examinarmos de perto estes valores, do ponto de vista das vítimas do sistema, descobriremos seu potencial explosivo e sua atualidade no combate atual contra a mercantilização do mundo.

O que significa “liberdade”? Antes de tudo, liberdade de expressão, de organização, de pensamento, de crítica, de manifestação – duramente conquistada por séculos de lutas contra o absolutismo, o fascismo e as ditaduras. Mas, também, e hoje mais do que nunca, a liberdade em relação a uma outra forma de absolutismo: a ditadura dos mercados financeiros e da elite de banqueiros e empresários multinacionais que impõem seus interesses ao conjunto do planeta. Uma ditadura imperial – sob a hegemonia econômica, política e militar dos Estados Unidos, única superpotência global – que se esconde por detrás das anônimas e cegas “leis do mercado”, e cujo poder mundial é bem superior ao do Império Romano ou dos impérios coloniais do passado. Uma ditadura que se exerce pela própria lógica do capital, mas que se impõe com a ajuda de instituições profundamente antidemocráticas, como o FMI ou a OMC, e sob a ameaça de seu braço armado (a OTAN). O conceito de “libertação nacional” é insuficiente para dar conta deste significado atual da liberdade, que é, ao mesmo tempo, local, nacional e mundial, como o demonstra tão bem este movimento profundamente original e inovador que é o zapatismo.

Uma das grandes limitações da Revolução Francesa de 1789 foi ter excluído as mulheres da cidadania. A feminista republicana Olympe de Gouges, que escreveu a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, foi guilhotinada em 1793. O conceito moderno de liberdade não pode ignorar a opressão de gênero que recai sobre a metade da humanidade, e a importância capital da luta das mulheres por sua libertação. Neste combate tem particular significado o direito das mulheres de disporem de seu próprio corpo.

Igualdade e fraternidade

O que significa “igualdade”? Nas primeiras Constituições revolucionárias inscreveu-se a igualdade perante a lei. Esta é absolutamente necessária – e longe de existir na realidade do mundo de hoje – mas bem insuficiente. O problema de fundo é a monstruosa desigualdade entre o Norte e o Sul do planeta e, dentro de cada país, entre a pequena elite que monopoliza o poder econômico e os meios de produção, e a grande maioria da população, que vive de sua força de trabalho – quando não está no desemprego, e excluída da vida social. As cifras são conhecidas: quatro cidadãos dos EUA – Bill Gates, Paul Allen, Warren Buffett e Larry Ellyson – concentram em suas mãos uma fortuna equivalente ao Produto Interno Bruto de 42 países pobres, com uma população de 600 milhões de habitantes. O sistema da dívida externa, a lógica do mercado mundial e o poder ilimitado do capital financeiro levam a uma agravamento dessa desigualdade, que se agravou nos últimos 20 anos. A exigência de igualdade e de justiça social – dois valores inseparáveis – inspira os vários projetos sócio-econômicos alternativos que estão na ordem do dia. Do ponto de vista de uma perspectiva mais ampla, isso implica um outro modo de produção e distribuição.

A desigualdade econômica não é a única forma de injustiça na sociedade capitalista liberal: a perseguição dos “indocumentados” na Europa; a exclusão dos descendentes de escravos negros e indígenas nas Américas; a opressão de milhões de indivíduos que pertencem às castas de “intocáveis” na Índia; e tantas outras formas de racismo ou discriminação por razões de cor, religião ou língua, são onipresentes do Norte ao Sul do planeta. Uma sociedade igualitária significa a radical supressão destas discriminações. Ela implica também uma outra relação entre homens e mulheres, rompendo com o mais antigo sistema de desigualdade da história humana – o patriarcado –, responsável pela violência contra as mulheres, por sua marginalização na esfera pública, e por sua exclusão do emprego. A grande maioria de pobres e desempregados no mundo são mulheres.

O que significa “fraternidade”? É a tradução moderna do velho princípio judaico-cristão: o amor ao próximo. É a substituição das relações de competição, concorrência feroz, guerra de todos contra todos – que fazem do indivíduo, na sociedade atual, um *homo homini lupus* (um lobo para os outros seres humanos) –, por relações de cooperação, partilha, ajuda mútua, solidariedade. Uma solidariedade que inclui só os irmãos (“frater”, em latim), mas também as irmãs, e que supera os limites da família, do clã, da tribo, da etnia, da comunidade religiosa, da nação, para se tornar autenticamente universal, mundial, internacional. Em outras palavras: internacionalista, no sentido que deram a este valor gerações inteiras de militantes do movimento operário e socialista.

A mundialização neoliberal produz e reproduz os conflitos tribais e étnicos, as guerras de “purificação étnica”, os expansionismos belicosos, os integristas religiosos intolerantes, as xenofobias. Tais pânico induzidos pelo sentimento de perda de identidade são o outro lado da mesma medalha, o complemento inevitável da globalização imperial. A civilização com que sonhamos será “um mundo no qual cabem muitos mundos” (segundo a bela fórmula dos zapatistas), uma civilização mundial da solidariedade e da diversidade.

de. Face à homogeneização mercantil e quantitativa do mundo, face ao falso universalismo capitalista, é mais do que nunca importante reafirmar a riqueza que representa a diversidade cultural, e a contribuição única e insubstituível de cada povo, de cada cultura, de cada indivíduo.

A democracia como valor imprescindível

Há outro valor que, desde 1789, é inseparável dos outros três: a democracia. Não só no sentido limitado que este conceito político tem no discurso liberal/democrático – a livre eleição de representantes cada tantos anos –, na realidade deformada e viciada pelo controle que exerce o poder econômico sobre os meios de comunicação. Esta democracia representativa – também fruto de muitas lutas populares, e constantemente ameaçada pelos interesses dos poderosos, como o de-

A estes grandes valores, produto da história revolucionária moderna, devemos acrescentar um outro, que é ao mesmo tempo o mais antigo e o mais recente: o respeito ao meio ambiente. Encontramos este valor no modo de vida das tribos indígenas das Américas e das comunidades rurais pré-capitalistas de vários continentes, mas também no centro do moderno movimento ecológico. A mundialização capitalista é responsável por uma destruição e envenenamento acelerados – em crescimento geométrico – do meio ambiente: poluição da terra, do mar, dos rios e do ar; “efeito estufa”, com conseqüências catastróficas; perigo de destruição da capa de ozônio, que nos protege das irradiações ultravioleta mortais; aniquilamento das florestas e da biodiversidade. Uma civilização da solidariedade não pode ser senão uma civilização da solidariedade com a natureza, porque a espécie humana não poderá sobreviver se o equilíbrio ecológico do planeta for rompido.

Um termo que – como todos os outros (“liberdade”, “democracia” etc.) – foi manipulado por interesses profundamente antipopulares e autoritários, mas que, nem por isso, perdeu seu valor originário e autêntico: *socialismo*.

Em recente pesquisa de opinião pública brasileira, encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias (!), 55% dos interrogados afirmaram que o Brasil precisava de uma revolução socialista. Ao serem perguntados o que entendiam por socialismo, responderam citando alguns valores: “amizade”, “comunhão”, “partilha”, “respeito”, “justiça” e “solidariedade”. A civilização da solidariedade é uma civilização socialista.

Para concluir: um outro mundo é possível, baseado em outros valores, radicalmente antagônicos aos que dominam hoje. Mas não podemos esquecer que o futuro começa desde agora: estes valores já estão prefigurados nas iniciativas que orientam o nosso movimento hoje. Eles ins-



monstra a história da América Latina de 1964 a 1985 – é necessária mas insuficiente. Precisamos de formas superiores, participativas, que permitam à população exercer diretamente seu poder de decisão e controle – como no caso do orçamento participativo do município de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul.

O grande desafio, do ponto de vista de um projeto de sociedade alternativa, é entender a democracia para o terreno econômico e social. Por que permitir, neste campo, o poder exclusivo de uma elite que recusamos na área política? Uma democracia social significa que as grandes opções sócio-econômicas, as prioridades de investimentos, as orientações fundamentais da produção e da distribuição, são democraticamente discutidas e decididas pela própria população, e não por um punhado de exploradores ou pelas supostas “leis do mercado” (ou, ainda, variante que já foi à falência, por um Birô Político onipotente).

Socialismo como alternativa

Esta lista não tem nada de exaustiva. Cada um poderá, em função de sua experiência própria e de sua reflexão, acrescentar outros. Como resumir em uma palavra este conjunto de valores presentes, de uma forma ou de outra, no movimento contra a globalização capitalista, nas manifestações de rua de Seattle a Gênova, e nos debates do Fórum Social Mundial? Cremos que a expressão *civilização da solidariedade* é uma síntese apropriada deste projeto alternativo. Isto significa, não só uma estrutura econômica e política radicalmente diferente, mas, sobretudo, uma sociedade alternativa que valorize as idéias de bem comum, de interesse público, de direitos universais, de gratuidade.

Propomos definir esta sociedade com um termo que resume, há quase dois séculos as aspirações da humanidade a uma nova forma de vida, mais livre, mais igualitária, mais democrática e mais solidária.

piram a campanha contra a dívida do Terceiro Mundo e a resistência aos projetos da OMC; o combate aos transgênicos e os projetos de taxação da especulação financeira. Estão presentes nos combates sociais, nas iniciativas populares, nas experiências de solidariedade, de cooperação e de democracia participativa – desde o combate ecológico dos camponeses da Índia, até o orçamento participativo do Rio Grande do Sul; desde as lutas pelo direito de sindicalização na Coreia do Sul, até as greves em defesa dos serviços públicos na França; desde as aldeias zapatistas de Chiapas, até os acampamentos do MST.

O futuro começa hoje e aqui, nessas sementes de uma nova civilização, que estamos plantando em nossa luta, e com o nosso esforço de construir homens e mulheres novos a partir dos valores subjetivos e éticos que assumimos em nossas vidas militantes. ■

A ALTERNATIVA DA ESQUERDA BRASILEIRA

O Encontro Estadual do PT gaúcho manifesta seu repúdio aos rumos que estão sendo dados para as negociações da política de alianças do partido em todo o país, que contrariam as resoluções do último Encontro Nacional e comprometem nossa disputa da hegemonia política.

Partido dos Trabalhadores/RS

O Encontro Estadual do PT manifesta seu repúdio aos rumos que estão sendo dados para as negociações da política de alianças do partido em todo o país, que contrariam as resoluções do XII Encontro Nacional.

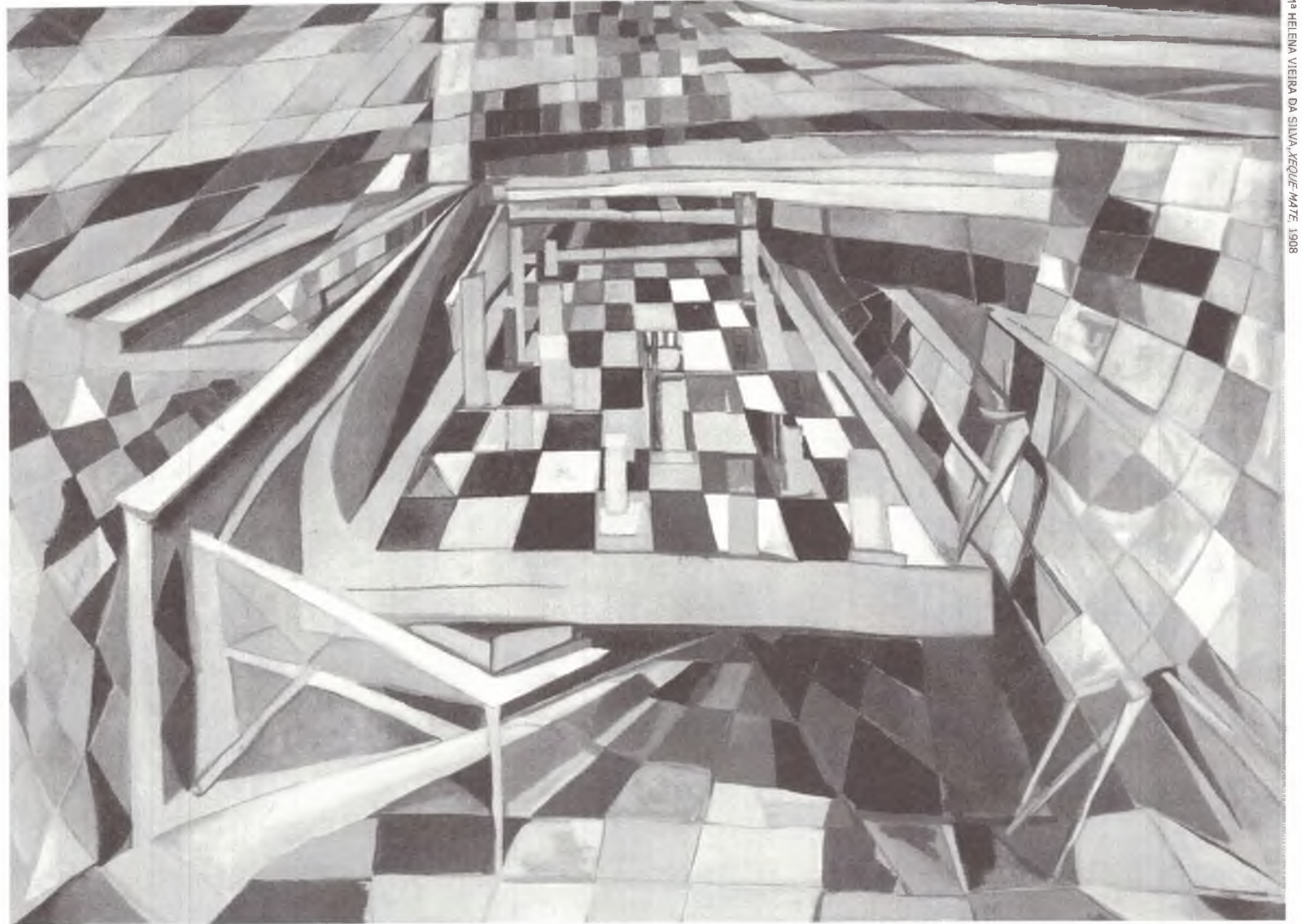
A conjuntura nacional – marcada pela crise econômica, pelo agravamento das mazelas sociais e por divisões no campo conservador – coloca a possibilidade do PT liderar um amplo movimento de massas que nos leve ao governo federal e a diversos governos estaduais. Porém, tal possibilidade está condicionada a uma tática que transforme a disputa eleitoral numa disputa entre projetos antagônicos; numa grande mobilização que polarize o país e coloque em movimento milhões de trabalhadores, jovens, desempregados e lutadores sociais. Nossas alianças e nossa tática eleitoral devem ser condizentes com esse objetivo.

O êxito da trajetória do PT gaúcho tem como característica a disputa da hegemonia política, desenvolvida pelo conjunto partidário, com independência diante dos partidos tradicionais e com claro corte de classe em favor dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Isso nos dá autoridade para buscar interferir nos rumos do PT Nacional, no que diz respeito à política de alianças – especialmente contra a inclusão do PL – e no caráter do programa que apresentamos à sociedade brasileira.

O PT gaúcho tem trazido importantes vitórias para a classe trabalhadora. Primeiro a prefeitura de Porto Alegre, depois o governo do Estado e as prefeituras de importantes cidades foram conquistadas através de disputas eleitorais duras, verdadeiros embates de projetos políticos, onde a nossa identidade e os nossos compromissos foram o principal instrumento para a mobilização social e para a incorporação dos milhares de lutadoras e lutadores sociais nas nossas campanhas (...)

Foi deste modo que derrotamos, em 1998, a maior frente política já constituída no Rio Grande do Sul, quando Antônio Britto representou a unificação dos interesses das classes dominantes, do grande capital internacional, dos partidos tradicionais e da grande mídia do nosso estado.



MA HELENA VIEIRA DA SILVA, AÉROU-MAZE, 1998

Nós representamos a possibilidade de futuro para a grande maioria da população, desde os excluídos até os médios produtores rurais e urbanos e foi este compromisso que nos levou à vitória.

Foi esta prática desenvolvida e construída no Rio Grande do Sul que proporcionou ao Lula ser três vezes eleito em nosso estado presidente da república.

Contra alianças com o Partido Liberal

No entanto, parte da direção estadual e a maioria da direção nacional do PT tem iniciado articulações de alianças com partidos de centro e de direita, contrariando frontalmente a expectativa da nossa militância, as resoluções e a história do partido.

O exemplo dessa movimentação é a aproximação com o PL de Edir Macedo, Medeiros e Francisco Rossi para compor a chapa presidencial, tendo o patrão José de Alencar como vice de Lula. Como se não bastasse, no Estado de São Paulo há, também, acenos para Orestes Quércia, do PMDB, se cogita a hipótese de uma reaproximação com Itamar Franco, em Minas Gerais, um acordo com Maguito Vilela, em Goiás, ou novamente, o apoio a Roberto Requião, no Paraná, todos do PMDB.

A defesa do PL se prende a três pontos aos quais ele se compromete: combate à corrupção sistêmica; defesa da questão nacional; reformas sociais.

Dificilmente, algum candidato vai se apresentar nestas eleições sem se comprometer, de alguma forma, com estes pontos. A questão é a autoridade que nós, o PT, temos e que o PL não tem para enfrentá-los. Consideramos que a coligação com o PL ofusca a nossa nitidez política e prejudica nossa capacidade de mobilização mesmo nos pontos com os quais eles se comprometem. Vejamos:

1. Corrupção: a cada denúncia que fizermos sobre as negociatas federais –

SUDAM, SUDENE, Grampos, etc – teremos que responder às denúncias de envolvimento de nossos aliados políticos.

2. Questão nacional: ninguém vai dizer, nem durante as eleições e nem depois, que não defende o país, entretanto, muitos defendem a ALCA, como é o caso do pré-candidato à vice Sr. José Alencar (uma ALCA de verdade (sic)). Nossa política internacional deve privilegiar um novo ordenamento mundial, cujos aliados prioritários devem ser os povos dos países que estão em situação de subordinação como é o caso do Brasil.

3. Reformas sociais: o governo FHC se diz favorável às reformas. Agora quer reformar a CLT. Temos que definir quais as reformas que interessam à nação e aos trabalhadores brasileiros. O PL apoiaria a nossa reforma no sistema bancário?

É um erro político enorme abrir mão do programa, das bandeiras e da história do PT para construir uma aproximação com setores burgueses e corruptos, descontentes com o governo Fernando Henrique. O PL já avisou que só apoia o PT se puder influenciar no programa econômico e se o partido abrir mão de posições históricas como a defesa do MST e da discriminação do aborto e da união civil entre homossexuais.

O PL e a defesa que realizam de um Partido de base confessional é um grande equívoco político que conduz a manipulação política por canais religiosos e retoma o passado imperial do século XIX do Estado confessional marcado pela intolerância e o obscurantismo. Defendemos Estado e Partidos laicos que tenham com todas as religiões atitudes de respeito e tolerância, onde o culto religioso seja livre, mas não sirva para obscurecer o caráter de classe da dominação capitalista.

Uma alternativa de esquerda

Ao mudar nossa identidade, romperemos com nossa base social e eleitoral, com

os trabalhadores e os setores progressistas, com a intelectualidade, com a juventude, sem, em contrapartida, ganhar a confiança dos setores conservadores, da mídia e do grande capital, que continuarão fazendo de tudo para impedir a vitória de Lula. Além disso, se ganharmos com essas alianças e com um programa rebaixado, que mudanças poderemos fazer de fato?

Numa sociedade cindida como a nossa não existe espaço eleitoral ao centro. Nossas chances passam pela possibilidade de sermos exatamente o que sempre fomos: a alternativa da esquerda brasileira, com um programa democrático e popular, que aponte para um Brasil e um Rio Grande radicalmente diferente. Só assim, disputaremos os votos, os corações e as mentes daqueles que acreditam que um outro mundo é possível!

Por fim, se queremos alianças e coligações, vamos fazê-las no campo democrático popular e socialista. Mas, vamos buscá-las nos milhões de brasileiros articulados nos movimentos sociais da cidade e do campo que aderirão ao nosso candidato menos por siglas e mais pela sintonia do nosso programa, do nosso discurso e dos nossos gestos com seus interesses e contradições sociais que vivem no capitalismo.

Aqui no Rio Grande e em sua capital há mais de uma década, provamos que é possível vencer eleições e garantir governabilidade – mesmo sem maioria nos legislativos – pela coerência programática e pela construção de mecanismos de democracia participativa onde o povo assume, diretamente, o controle do orçamento e das políticas públicas.

Não as políticas de alianças de classes!

Pela defesa de nossa coerência programática. Nenhuma aliança com PL e com o PMDB. Por uma ampla discussão nas bases partidárias sobre o programa de governo de nacional e estadual

Porto Alegre, 06 de abril de 2002. ■

CSD: A NOVA CORRENTE NA CUT

A CUT Socialista e Democrática (CSD), a mais nova corrente da Central Única dos Trabalhadores, foi lançada em 8 de abril, em São Paulo. Presentes no ato mais de cem pessoas de nove estados, representando 600 militantes e dirigentes sindicais dos 16 estados onde a CSD já está organizada.

A atividade foi aberta por um debate sobre a construção de alianças sociais e a luta pelo socialismo, com a participação de Plínio Sampaio, Aldo Rebello, João Felício e Joaquim Soriano. Este é um tema central da concepção sindical da CUT Socialista e Democrática que, com diferentes olhares, foi examinado pelos debatedores. Todos destacaram a importância da CUT na formação de um campo político de oposição ao neoliberalismo, capaz de construir uma plataforma de lutas e um programa que oriente a atuação social e política de um número cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras. Depois foi apresentado o manifesto *Uma CUT para uma nova fase da luta de classes*, e as correntes sindicais presentes no evento fizeram sua saudação à CSD.

A CUT Socialista e Democrática reúne militantes sindicais, homens e mulheres, de diferentes gerações e etnias, do sentido mais profundo da palavra, a militância. Pessoas comprometidas com a construção de uma profunda aliança social do sindicalismo cutista com o MST, com a Marcha Mundial de Mulheres, movimentos indígenas e ambientalistas, com os afrodescendentes, a Central de Movimentos Populares, a juventude, movimentos culturais, de gays e lésbicas e todos aqueles e aquelas que lutam contra a exploração e toda forma de opressão.

Fruto de uma iniciativa de militantes sindicais da tendência Democracia Socialista do PT, a CSD não se constitui como uma corrente sindical da DS. A nova corrente pretende aglutinar um universo amplo de militantes sindicais de diferentes tradições que compartilham uma identidade programática que se expressa numa visão comum, mas não fechada, sobre os impasses estratégicos vividos pelo sindicalismo cutista e sobre como responder aos desafios da luta de classes.

Esquerda cutista referenciada no PT

A CUT Socialista e Democrática é composta por militantes herdeiros de uma tradição que busca, desde início da CUT, compor um campo de esquerda sindical na Central agrupando uma vanguarda ampla referenciada no Partido dos Trabalhadores.

A participação deste setor na CUT, no ascenso das lutas dos anos 80 se deu através da CUT pela Base (1986-1992), corrente que apostava na radicalização da democracia no sindicalismo cutista e no protagonismo da Central na disputa de rumos na sociedade.

Os anos 90 assistiram a uma virada política com graves conseqüências para o sindicalismo. Os impasses da CUT resultaram de sua incapacidade para responder a nova situação vivida por sua base social e para lidar com a nova institucionalidade. Esta crise do sindicalismo cutista revelou insuficiências da acumulação anterior das diversas correntes e a aposta em perspectivas estratégicas erradas pelo setor majoritário. Nessa fase defensiva, a tarefa prioritária foi organizar a resistência às pressões de adaptação à ordem que a Central sofria. Foi nesse contexto que se desenvolveu, junto com outras correntes políticas, a experiência da corrente Alternativa Sindical Socialista (ASS). Foi uma resposta defensiva num período de descenso, um projeto de resistência diante da ofensiva neoliberal. Mas a aposta para que a ASS se constituísse como uma corrente orgânica, baseada em acordos programáticos não foi vitoriosa. O reconhecimento consensual de seus limites levou a uma redefinição de seu projeto original e a ASS passou a ser apenas uma frente de alianças prioritárias.

As dificuldades para propor, intervir e atuar de forma coletiva e as divergências políticas entre os setores que compunham a esta coalizão resultaram na saída dos militantes que agora integram a CSD da ASS no final do ano passado, e à decisão de lançamento da nova corrente.

A nova corrente não será constituída a partir de acordos entre correntes, mas a

partir da adesão aberta de militantes sindicais que se identifiquem com suas bases programáticas e que concordem com as suas regras de funcionamento. A centralização política se dará pelas próprias instâncias da CSD. Quando não houver acordo, as deliberações serão tomadas por votação, garantidas as condições democráticas.

A CUT Socialista e Democrática aspira a ser o espaço democrático, criativo, e militante dessa vanguarda, de militantes que vêem o movimento sindical como parte do movimento mais amplo de emancipação da humanidade.

Dois décadas, novos desafios

As duas décadas de história da CUT foram marcadas por períodos distintos. Da sua fundação em 1983, na esteira da primeira greve geral depois de décadas, à greve geral de 1989, o sindicalismo cutista cresceu com base na mobilização de base, democratização das entidades, combinação da ação sindical com a intervenção política e a disputa de alternativas para o país. Depois, com a aplicação do neoliberalismo, tivemos um refluxo das mobilizações. Agora, a crise mundial do projeto neoliberal veio acompanhada do crescimento das mobilizações populares e de uma relegitimação do debate de alternativas. O Fórum Social Mundial é uma das expressões internacionais dessa nova etapa.

A CUT sentiu os reflexos desse novo período. Voltam as mobilizações, como a Marcha dos 100 mil, em 1999; a estratégia que priorizava uma postura propositiva em detrimento de uma política de resistência está desacreditada; idéias de adaptação a uma ordem em crise perdem audiência; o protagonismo da CUT no Fórum Social Mundial revigora a política internacionalista. Mas as deficiências estratégicas sentidas nos anos 90 ainda não estão resolvidas, nem houve um salto na formulação programática da CUT capaz de dar conta da nova situação. Isso faz com que a CUT esteja, ainda, aquém dos desafios colocados pelo novo período.

O lançamento da CUT Socialista e De-

A CUT Socialista e Democrática é composta por militantes herdeiros de uma tradição que busca, desde o início da CUT, compor um campo de esquerda sindical na Central agrupando uma vanguarda ampla referenciada no PT.

Rafael Freire e Rosane da Silva

mocrática é uma intervenção no processo de superação da insuficiência da elaboração e dos impasses político-organizativos vividos pelo sindicalismo cutista.

A CSD valoriza a resistência construída nos anos 90 e busca aprofundar o debate das alternativas. Ao resgatar a importância da luta sindical, busca inseri-la numa perspectiva de luta política que recoloca em um novo patamar a importância do Estado na definição de direitos da classe trabalhadora. Revalorizar a trajetória da CUT significa retomar uma dimensão central de um projeto classista: a combinação da luta sindical e da luta política, a visão de construção sindical e construção partidária como dois momentos de um único processo.

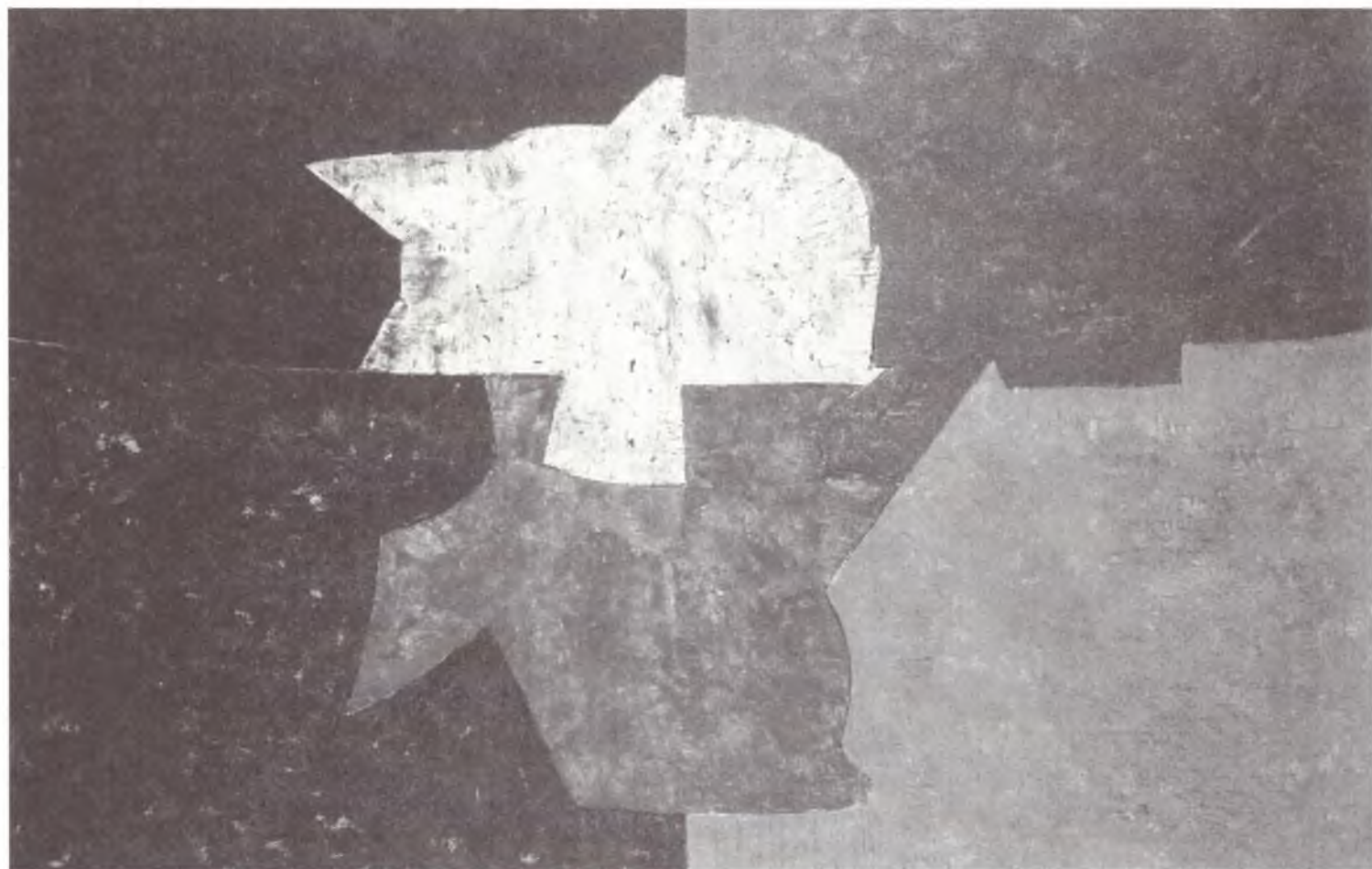
A questão democrática no centro

A participação da CSD na atualização programática da CUT considera a questão democrática como central. Democracia nas organizações dos trabalhadores e na sociedade são dois pólos que se integram numa visão que considera que o poder deve residir no povo trabalhador, que o caminho ao socialismo deve ser pavimentado na participação popular, que o Estado deve ser submetido ao controle dos cidadãos e cidadãs, que as estruturas de representação não devem se sobrepor às da democracia direta.

O neoliberalismo redesenhou o Estado para colocá-lo a serviço do grande capital e recriar uma sociedade a sua imagem e semelhança. O desafio da classe trabalhadora brasileira é refundar um Estado que esteja a serviço de um projeto emancipador; é reconstruir as relações na sociedade a partir dos valores da solidariedade, igualdade, combate às discriminações, participação popular, soberania e fraternidade dos povos, internacionalismo, direito e respeito às diferenças de crenças e opções sexuais.

A CSD nasce para contribuir ao esforço de tornar o sindicalismo cutista uma ferramenta mais eficaz na luta de classes. Uma tarefa que se torna mais urgente pela disputa de rumos posta para o país, onde as forças democráticas e populares têm chances reais de conquistar o governo do Brasil. ■

Rafael Freire e Rosane da Silva são membros da Executiva Nacional da CUT.



SENIGE POLJAKOFF, COMPOSIÇÃO INTERNA, 1986

O DINAMISMO DO MOVIMENTO GLOBAL

O FSM se legitimou como espaço anual, onde o movimento global se encontra, estabelece relações de confiança e consolida uma agenda comum de mobilizações, criando um espaço de expressão positiva da diversidade, fonte de força e riqueza do movimento.

José Corrêa Leite

O Fórum Social Mundial de 2002 representou um avanço importante em relação ao de 2001.

Foi um êxito político: primeiro grande evento do movimento global contra o neoliberalismo depois de 11 de setembro, o II FSM atesta que a “guerra contra o terrorismo” de Bush e aliados, que procura criminalizar toda oposição ao sistema, não quebrou o ímpeto ascendente de nossa mobilização. A guerra imperial e a tentativa de estabelecer um estado de sítio planetário ocupam um lugar de destaque na cena política, colocando novos problemas e cobrando respostas. Mas a tônica de Porto Alegre não foi dada pela agenda “norte-americana”, e sim pelo aprofundamento da crítica à globalização neoliberal, dos laços de solidariedade do movimento e dos esforços no sentido da construção de uma nova agenda global, que ecoaria em março nas gigantescas manifestações de Barcelona e Roma.

Em uma conjuntura extremamente dinâmica, o Fórum pode também recolher, poucos meses depois do início da ofensiva imperial, as grandes energias mobilizadoras liberadas pelo rechaço popular ao neoliberalismo na Argentina, um caso exemplar de destruição de um país pela tirania dos mercados, a síntese da “saberdom de Davos”, como bem colocou Samuel Pinheiro Guimarães. Pode igualmente debater, como destacaram os delegados dos países anglo-saxões, a quebra da Enron nos Estados Unidos, uma mostra inequívoca do despotismo das corporações sobre os cidadãos.

O II Fórum evidenciou a ampliação do nosso movimento, sua mundialização e o avanço da consciência política internacionalista contrária ao neoliberalismo, contribuindo para sua consolidação.

Foi um êxito numérico: a presença no FSM 2002 triplicou em relação a 2001. Foram credenciadas mais de 53 mil pessoas no Fórum (35 mil ouvintes, 15 mil delegados e três mil jornalistas) e 11 mil no Acampamento da Juventude. Mais importante, o número de delegados passou de quatro para 15 mil agora, representando cerca de cinco mil organizações, quase metade do exterior. Os dados ates-



tam a relação do Fórum com as lutas decisivas contra o neoliberalismo: estiveram presentes quase mil italianos, testemunhando o impacto do Fórum Social de Gênova e da mobilização de julho contra o G8; e compareceram um número semelhante de argentinos, representativo da militância que esteve à frente dos *cacerolazos* de dezembro. Cresceu também a participação das delegações de países da Ásia e da África, embora estas regiões ainda estejam bastante sub-representadas, e dos Estados Unidos (muito pequena no Fórum passado): podemos dizer que hoje o FSM é bastante representativo do movimento global no continente americano e na Europa Ocidental.

Tivemos uma mudança expressiva na composição do Fórum: o enorme crescimento do Acampamento da Juventude e sua internacionalização mostram o apelo cada vez maior do movimento global junto a uma nova geração política de esquerda que se forma. Onze mil pessoas foram inscritas, com o credenciamento sendo suspenso numa tentativa, frustrada, de impedir que mais gente acampasse no Parque Harmonia. Em uma prática renovada de como debater e se organizar, a juventude enfrentou o desafio de gerir autonomamente uma verdadeira cidade, com enor-

mes problemas estruturais. Nela, cerca de quinze mil jovens viveram, durante cinco dias, uma experiência de liberdade radical, oposta ao conservadorismo, à passividade, à alienação e ao consumismo que as elites no poder querem impor ao mundo – e oposta mesmo a certas tendências mais moderadas e/ou burocráticas presentes no próprio Fórum e inclusive na juventude (por exemplo, no movimento estudantil brasileiro). Outra modificação relevante foi a maior participação das organizações dos trabalhadores assalariados, pouco presentes no Fórum passado, e que estavam agora representadas com força através das principais redes sindicais internacionais.

E vivemos também um avanço político-organizativo: o FSM se legitimou como o espaço anual onde o movimento global se encontra, dialoga, estabelece relações de confiança entre seus participantes, pode aprender com diferentes experiências, parcerias e reflexões, encontrar apoio nas múltiplas lutas e consolidar uma agenda comum de mobilizações. Cria assim um espaço de expressão positiva da diversidade, fonte de força e riqueza do movimento. Isso permite que culturas políticas diferentes convivam e uma identidade comum seja construída neste horizonte de experiências conjuntas, em um clima de

respeito mútuo. O movimento global tem avançado no método que preside o Fórum, preservando identidades particulares de seus componentes, mas possibilitando que elas se integrem em um grande movimento aberto, do qual somos todos construtores – plural do ponto de vista político e ideológico, mas nem por isso menos comprometido com as lutas dos que resistem à exploração, injustiça e opressão e buscam a liberdade, justiça, igualdade e solidariedade.

Avanços políticos e organizativos

A compreensão da necessidade do Fórum como espaço mundial de encontro sistemático acabou se impondo de maneira consensual a partir da reunião do Conselho Internacional de 28 e 29 de janeiro. A mundialização do processo do FSM será assegurada através da realização de vários fóruns regionais e continentais em outubro/novembro (já marcados na Itália, no Equador, na Índia e, em outra data, em Belém), mas garantindo a realização do III FSM “centralizado” em Porto Alegre em janeiro/fevereiro de 2003 e apontando para o IV no mesmo período de 2004, em local a ser definido. Decidiu-se também reforçar, ao longo de 2002, a estruturação do Conselho Internacional (que voltará a se reunir de 28 a 30 de abril). Viabilizar sua capacidade de iniciativa e protagonismo é indispensável para assegurar o processo de mundialização.

Este II FSM foi um espaço prático de construção de convergências. Consolidou um calendário global de mobilizações para os próximos dois anos, colocando um horizonte comum para as múltiplas lutas. Organizou encontros dos delegados por continentes, reforçando a dinâmica que aponta para os Fóruns regionais e continentais. Deu continuidade à articulação internacional dos movimentos sociais – iniciada ainda antes do I FSM pela Via Campesina/MST, CUT-Brasil, ATTAC França e Focus on the Global South e reforçada na reunião mundial de agosto de 2001 no México – que lançou neste Fórum um segundo chamado às mobilizações, intitulado “Resistência contra o neoliberalismo, o militarismo e a guerra: pela paz e a justiça social” e decidiu criar uma secretaria para facilitar sua articulação permanente, composta pelo MST e pela CUT do Brasil.

No Acampamento Intercontinental da Juventude, o “Laboratório de Resistência Global” lançou o que pode vir a ser a iniciativa de maior alcance estratégico a sair este ano de Porto Alegre, o projeto Intergalactika – um espaço de “contágio” dos diversos movimentos e mobilizações envolvendo a nova geração política que se forma através do mundo. Definiu também um esforço de recuperação do 1º de maio como “dia de luta e resistência global”, buscando retirá-lo do burocratismo que normalmente domina as manifestações desta data.

O Fórum propiciou saltos políticos e organizativos nas campanhas contra a ALCA, a OMC, o patenteamento da vida e a disseminação dos transgênicos e pela anulação da dívida externa dos países dependentes e a taxação das transações financeiras internacionais. Permitiu um momento de discussão importante entre os delegados argentinos, que pode contribuir para a reflexão sobre o processo que vivem

em seu país. Debateu a questão da paz com justiça social nesta conjuntura de militarização das relações internacionais: através dos links diretos com as manifestações contra Davos em New York, pela qual o movimento global nos Estados Unidos retomou sua iniciativa; no seminário "Um mundo sem guerras é possível", que discutiu alternativas para a superação dos conflitos de Chiapas, País Basco, Colômbia e Palestina; e na "Assembleia pública mundial do orçamento participativo com gastos de guerra" (que ultrapassa os 800 bilhões de dólares anuais!), uma atividade pedagógica que mostra concretamente que é possível eliminar os grandes males que afligem a humanidade. Propiciou uma discussão do socialismo na atividade promovida pela Via Campesina, o seminário "Socialismo: a alternativa da esperança". E incorporou várias atividades anexas: o Fórum Mundial de Autoridades Locais, o Encontro Preparatório para a Conferência Rio + 10, sobre o meio-ambiente, e o Fórum Mundial de Juizes

O II FSM propiciou dinâmicas agregadoras para os diferentes setores: além da juventude e do mundo do trabalho, o movimento negro, o movimento de mulheres, os povos indígenas e o movimento por livre orientação sexual compareceram ao Fórum e desenvolveram suas iniciativas com amplo respaldo. As perspectivas de desenvolvimento sustentável, democracia participativa, defesa dos bens comuns e desmercantilização do mundo permearam o conjunto dos debates. E duas grandes manifestações de rua, a primeira "Contra a guerra e pela paz, um outro mundo é possível", no dia 31, e a segunda, a "Marcha contra a ALCA", no dia 4, também reforçaram o tom mobilizador do FSM.

27 conferências foram preparadas pelo Comitê Organizador Brasileiro, pelo Conselho Internacional e por redes internacionais. Agrupadas em torno dos quatro eixos definidos no Fórum passado, elas tiveram desta vez uma metodologia de documentos preparatórios, sínteses das discussões e sistematização das propostas. Iniciaram um mapeamento de problemas, análises e alternativas e devem permitir um importante salto à frente na formulação e na construção gradativa de um programa de alternativas para o movimento global. A sistematização do que foi acumulado nestas conferências é a principal prioridade imediata do Comitê Organizador. Mas devemos também recuperar o que for possível das demais discussões, travadas em cerca de 700 oficinas e, principalmente, nos cem seminários. Este mapeamento será decisivo na preparação dos Fóruns continentais e regionais e do Fórum Social Mundial 2003 e para o desenvolvimento da nova agenda global.

O procedimento adotado pelo FSM em sua Carta de Princípios, de não tomar deliberações enquanto Fórum ou funcionar através de votações, vem se mostrando acertado. Ele permite uma discussão mais aberta e frutífera, reduzindo as disputas por poder no processo, e não impede que todos que queiram se articular assim o façam. É um método particularmente eficaz para a construção de uma nova agenda global em um quadro de dispersão programática, que deve incorporar um leque amplo de experiências, por vezes muito desiguais, sem subordinar umas às outras, mantendo um forte caráter pedagógico. Boa parte da vitalidade do Fórum vem da convivência, nem sempre fácil, de movimentos sociais diretamente engajados no combate à globalização neoliberal, de uma parte, e de centrais sindicais, ONGs e agências de cooperação, de outra. O Fórum é um movimento po-

lítico de impacto significativo no cenário internacional, mas não é nem pretende ser uma estrutura centralizada. Ele unifica sem ser diretivo, preservando a diversidade – um procedimento que uma parte das tradições políticas de esquerda ainda tem dificuldade de assimilar. E tem que ser preservado como um espaço flexível de convergência dos distintos setores que o integram, claramente distinto e contraposto à articulação dos senhores do mundo que se reúne em Davos e ao tripé de instituições do sistema Bretton Woods.

Os riscos do sucesso

O êxito do Fórum repercute como uma vitória dos governos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Eles ofereceram o apoio político e material indispensável a um evento desta magnitude garantindo, junto com a vasta rede de militância local, o clima democrático e acolhedor para todas

hoje amplamente dominantes na institucionalidade. Esta contradição estrutural se expressou no Fórum de Parlamentares – na discussão sobre se seria feita uma condenação explícita à guerra contra o Afeganistão, afinal aprovada –, permeou o II FSM e certamente continuará presente no processo do FSM de conjunto. Isso reforça a necessidade, no atual contexto histórico, de manter o Fórum Parlamentar Mundial (e de outras iniciativas do tipo, como o Fórum das Autoridades Locais) como iniciativas autônomas e demarcadas perante o FSM, uma forma ambígua mas eficaz de equacionar, de momento, esta relação tensa e delicada – problema por vezes incompreendido por militantes partidários. É importante minimizar as tendências que podem transformar o FSM em um campo de disputa aberta entre partidos políticos e governantes e fortalecê-lo como espaço de discussão e organização dos movimentos e entidades à frente das lutas do movimento global.

Um problema diferente veio da atuação de organizações políticas que se colocam fora da carta de princípios do FSM – que exclui as "organizações que atentem contra a vida das pessoas como método de ação política". Elas queriam utilizar o Fórum como espaço de publicidade. O Comitê Organizador não exerce qualquer papel de polícia ideológica, mas desautorizou as iniciativas de proselitismo político destas correntes no espaço do FSM.

A sensação de fragmentação e dispersão decorrente do próprio crescimento do Fórum expressa um fenômeno muito positivo: o FSM é uma construção horizontal de inúmeros de atores coletivos e não um espaço para estrelas e líderes se projetarem na mídia. Mas expressa também um problema estrutural que teremos que equacionar melhor em 2003. O processo de convergência do movimento global por participação, justiça social e solidariedade tem se dado em torno de temas concretos e delimitados, corretamente enfatizados nas



as atividades. É também um evento que credencia o PT como um caso excepcional na esquerda internacional (talvez o único outro exemplo neste sentido seja hoje o do Partido da Refundação Comunista italiano), um partido que convive com o protagonismo dos movimentos sociais e não é considerado por boa parte deles como inimigo.

Um tema complexo, que certamente será aprofundado no processo subsequente do Fórum, é a relação entre movimentos sociais e partidos políticos. O Fórum Mundial de Parlamentares, que contou com a presença de 800 parlamentares de 40 países, constitui hoje o espaço de acolhida dos diferentes partidos e parlamentares que buscam uma identificação com o processo do FSM. Ele iniciou, neste Fórum, a estruturação de uma Rede Parlamentar Internacional. Mas em um processo contraditório, já que o movimento global favorece a reconstrução de uma nova esquerda antiimperialista e anticapitalista, de partidos políticos que se coloquem em sintonia com o movimento, e não a convivência com os governos e partidos comprometidos com as políticas neoliberais, que procuram integrar os movimentos sociais e são

Na medida em que o Fórum se fortalece e ganha legitimidade e autoridade política e moral, ele passa a sofrer pressões vindas de setores vinculados à atual ordem internacional (governos neoliberais, correntes políticas social-liberais, organismos internacionais), que querem ser aceitos no FSM. Foi o caso do vice-presidente do Banco Mundial, presente no Fórum de Autoridades Locais, realizado imediatamente antes do Fórum, que tentou por várias vias ser convidado ao FSM. E do primeiro ministro belga, apelidado em seu país de "baby Thatcher", que se auto-convidou ao Fórum. Ambos foram, pelo seu simbolismo, repelidos pelo COB e CI. É provável que este tipo de problema surja com cada vez maior frequência na medida em que o processo do Fórum se consolida: estes setores vão querer transitar livremente entre o FSM e o Fórum Econômico Mundial de Davos, procurando diluir sua contraposição e esvaziá-lo do "espírito de Seattle". E as organizações do "sistema ONU", que tem mais contato com a sociedade civil mas são enquadradas pelas grandes potências, compareceram com certo peso no Fórum, colocando também tendências que vão nesta direção.

conferências do FSM 2002. Mas necessitamos aprofundar os temas integradores, tanto nossos diagnósticos gerais de como opera o atual sistema mundial de poder como o que poderia ser uma ordem mundial alternativa, capaz de viabilizar as propostas que estamos sistematizando. Precisamos vertebrar mais nossa perspectiva de um outro mundo, sempre assegurando a vocação unitária e pluralista do FSM.

Outros problemas devem ser apontados, como a presença desproporcional de homens brancos ocidentais nas posições de destaque em quase todas as atividades, a dificuldade de estabelecermos um processo mais coletivamente negociado de definição dos espaços, a descentralização deste FSM em Porto Alegre sem apoio e preparação prévia para isso (que fez com que muitos ainda vissem o Fórum se realizando basicamente na PUC, quando ele já estava espalhado pela cidade) ou as dificuldades organizativas próprias a magnitude do evento. Mas são questões que o próprio processo pode equacionar, a partir da consolidação do FSM e a expressão nele das energias das lutas que estão construindo um outro mundo. ■

BARCELONA CONTRA A EUROPA DO CAPITAL

As manifestações do dia 16 foram um êxito histórico, abrindo uma boa perspectiva futura para a consolidação do movimento contra globalização na Catalunha e para novos movimentos contra a construção neoliberal da União Européia.

Josep Maria Antentas

1 O contexto internacional

As mobilizações de Barcelona foram marcadas pela dinâmica geral do movimento depois de 11 de setembro. O movimento global sofreu então uma perda de centralidade e iniciativa política importante, apesar de manter sua capacidade de mobilização e, em alguns países como a Inglaterra e a Itália, ter surgido um importante movimento contra guerra. O II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, com a revolta na Argentina como pano de fundo, permitiu constatar a saúde do movimento e sua capacidade de adquirir novamente centralidade política e social. As mobilizações de Barcelona foram as primeiras de certa relevância na Europa depois do II FSM.

2. O renascimento das lutas no Estado espanhol

As mobilizações de Barcelona devem ser situadas em um contexto de renascimento da mobilização social, ainda parcial e desigual, frente às políticas do governo do Partido Popular (PP) e também de CiU na Catalunya. Nos últimos meses, foram abertas várias frentes: universidade, imigrantes, algumas lutas sindicais (Sintel, Lear, Miniwatt, manifestação de 2 de dezembro...) e as mobilizações contra o Banco Mundial. O período de desmobilização social existente durante o primeiro governo do PP terminou e assistimos ao início de um novo ciclo de lutas.

3. A evolução do movimento

Depois de Seattle, o movimento "antiglobalização" se desenvolveu de forma considerável na Catalunha e no Estado espanhol. Foi o caso:

a) da consulta social pela abolição da dívida externa, organizada pela Red Ciudadana por la Abolición de la Deuda Externa (RCADE) em 12 de março de 2000; b) a criação do Movimiento de Resistencia Global (MRG) na Catalunha, antes do verão de 2000, e a preparação das mobilizações de Praga em setembro de 2000. Depois, o movimento emergiu inicialmente como um movimento protagonizado por uma nova geração militante e o MRG se converteu no seu ponto de referência.

Josep Maria Antentas, membro de Batzac, participa do Movimiento de Resistencia Global (MRG) e da *Campaña Contra la Europa del Capital y la Guerra*. Condensação de um artigo publicado em *Viento Sur*.



c) a campanha contra o Banco Mundial Barcelona 2001 em junho. A campanha contra o BM foi desenvolvida por um vasto conjunto de redes e organizações que abarcavam um espectro ideológico e social amplo e se converteu no principal marco de referência do movimento.

4. A campanha contra a Europa do capital e a guerra

Na Catalunha, a campanha foi formada por mais de cem organizações, de natureza diferentes (redes informais, plataformas locais, sindicatos, ONGs, partidos...), assim como muitos militantes individuais. Entre os principais grupos destacam-se o MRG, a RCADE, o Coletivo de apoio à rebelião zapatistas, ATTAC, a Assembléia de trabalhadores contra a globalização (onde participam a CGT, a Inter-sindical Alternativa da Catalunha e militantes críticos das Comissões Operárias), a Marcha Mundial de Mulheres, etc.

Para organizar a campanha, não se adotou uma estrutura de plataforma de organizações, mas a de uma campanha formada por assembleias e comissões de trabalho abertas, nas quais cada pessoa atuava a título individual. Partindo do fato incontestável de que as prioridades de muitos dos componentes da campanha eram distintos, e que cada um precisava encontrar seu próprio espaço, foi muito importante uma certa fusão de experiências e conseguir que todo mundo participasse dos distintos momentos e facetas da campanha. Se buscava, como diriam os colegas do Fórum Social Italiano, fazer da campanha um espaço de contaminação recíproca.

As atividades finalmente organizadas foram as seguintes: um espaço de vídeo-fórum de 11 a 14 de março, com uma presença de mais de mil pessoas em algumas sessões; uma jornada de ação direta descentralizada no dia 15, data da abertura da Cúpula oficial; um "fórum de alternativas"

sábado, dia 16, pela manhã, onde participaram cerca de seis mil pessoas; a manifestação do dia 16 pela tarde, cujas cifras são impressionantes (250 mil segundo a polícia, 500 mil segundo a campanha, 300 mil segundo os mídias); e um concerto final, com a esperada presença de Manu Chao e cerca de 45 mil pessoas. A todas estas atividades deveria ser agregado a manifestação sindical da Confederação Européia dos Sindicatos, dia 13, com uns cem mil sindicalistas, assim como duas atividades importantes no fim de semana anterior: um *reclaim the streets* no dia sábado 9, com umas três mil pessoas e a massiva manifestação convocada pela Plataforma contra o Plano Hidrológico Nacional, domingo, dia 10, com umas 200 mil pessoas.

5. As manobras de recuperação do movimento

Os últimos meses foram marcados pelo desencadear de uma ampla operação de recuperação do movimento pelos partidos de esquerda (a maioria de EUIA, ICV, ERC, PSC) e da CCOO y UGT que, com o apoio de algumas ONGs e do ATTAC, articulou-se em torno do *Foro Social de Barcelona* (FSB). Este atuou como um instrumento midiático cujo objetivo era competir com a *Campaña contra a Europa do Capital* e disputar seu espaço político.

A constituição do Fórum Social de Barcelona é, de toda forma, uma mostra evidente da força crescente do movimento contra a globalização, que foi arrastando um conjunto cada vez mais amplo de organizações. Muitas delas, promotoras desde o início de uma estratégia de desmobilização, foram empurradas a se mobilizar, um fato positivo, ainda que problemático, pelas tensões que geral.

6. A manifestação do dia 16

A manifestação do dia 16 foi um êxito histórico. É importante destacar o seu ca-

ráter muito "local", já que a imensa maioria dos manifestantes eram catalões. A maior parte dos manifestantes estrangeiros ficaram bloqueados na fronteira francesa, e o comparecimento de manifestantes do conjunto do Estado espanhol não foi muito elevada, pois os militantes estavam enrascados na preparação das mobilizações nas suas respectivas localidades.

Fazendo uma leitura mais "interna" da manifestação, está claro que esta serviu para reforçar as colocações da *campanha contra a Europa do Capital*, frente ao *Fórum Social de Barcelona*. O êxito da convocatória da campanha se deve a que esta foi percebida compartilhando do que melhor representava um movimento com a simpatia de setores importantes da população.

A manifestação se desenvolveu com muito menos tensão e confrontação do que Gênova, apesar do dispositivo de segurança espetacular. Esta ausência de um clima de tensão favoreceu a legitimidade social do movimento.

7. A jornada de ação direta descentralizada

A jornada do dia 15 foi outro sucesso da campanha. A necessidade de organizar uma jornada de desobediência civil e de protesto "não convencional" era evidente para os impulsores da campanha. Esta jornada serviu para readaptar a estratégia da ação direta não violenta ao novo cenário, mas mantendo a sua importância como forma estratégica de mobilização. Foram feitas mais de trinta ações, algumas no marco da campanha e outras fora. Dentre as primeiras, podemos destacar: a rua "caça lobbies" em que participaram mais de mil pessoas (um percurso pelas sedes dos vários lobbies e multinacionais no centro da cidade); a tentativa de ocupação da sede da Telefônica por parte de seus trabalhadores; várias marchas com bicicleta pela cidade; um percurso pelos diferentes consulados da América Latina; uma manifestação contra os alimentos transgênicos e, finalmente, um circo "alternativo" com umas cinco mil pessoas.

8. O impacto das mobilizações e as perspectivas de futuro

Em primeiro lugar, as mobilizações de Barcelona abrem uma boa perspectiva futura para a consolidação do movimento contra globalização. O êxito de Barcelona pode servir para dar um empurrão decisivo nos distintos movimentos que vão ocorrer em muitas cidades do país durante a presidência espanhola da União, sobretudo a mobilização final em Sevilha, e contribuir com isso para lançar o movimento naqueles lugares onde ele ainda está incipiente.

Em segundo lugar, o impulso de Barcelona e de todo o semestre europeu deve servir para respaldar este ciclo de lutas sociais que foi crescendo nos últimos meses. Ainda é cedo, todavia, para saber qual vai ser a tradução prática concreta do sucesso impressionante de Barcelona para o conjunto de movimentos sociais do país, ainda que seja evidente que entramos em uma situação mais favorável à mobilização social, e que as diferentes lutas que podem estalar, podem se apoiar, ao menos no nível simbólico, no empurrão do movimento contra a globalização. Em todo caso, ao redor da *Campaña contra la Europa del Capital y la Guerra* se constituíram vários processos de coordenação estratégica de lutas setoriais interessantes, e de fortalecimento dos laços entre organizações e movimentos. ■



Susan George

O RELATÓRIO LUGANO



Eric Toussaint

A Bolsa ou a Vida

A dívida externa do Terceiro Mundo: As finanças contra os povos



CHRISTOPHE AGUITON O MUNDO NOS PERTENCE

A revolução como auto-emancipação

Michael Löwy. A teoria da revolução no jovem Marx. Petrópolis (RJ), Vozes, 2002. Coleção Zero à esquerda. 248 p.

A obra clássica de Michael Löwy, publicada na França em 1970, finalmente é lançada em português. Uma tentativa de interpretação marxista de Marx, estuda sua evolução política e filosófica no contexto histórico das lutas sociais na Europa dos anos 1840-1848, destacando as experiências do primeiro movimento socialista e comunista e como elas dão o solo para o aparecimento de uma nova concepção de mundo, a filosofia da práxis, fundamento metodológico de sua teoria da revolução como auto-emancipação do proletariado.

O Império aplicado

Giuseppe Cocco e Graciela Hopstein (org.) As multidões e o império: entre a globalização da guerra e a universalização dos direitos. Rio de Janeiro, DP&A, 2002. 152 p.

Coletânea de artigos, alguns muito curtos, sobre os acontecimentos de 2001 interpretados à luz dos marcos teóricos estabelecidos pelo livro *Império*, de Toni Negri e Michael Hardt. A obra abre justamente com uma entrevista de Toni Negri, "Somos todos nova-iorquinos". Depois debate a experiência das manifestações de julho em Gênova, tal como vividas pelos Tute Bianche, tentando teorizá-las. E discute os acontecimentos de 11 de setembro, seu impacto político e a necessidade dos inimigos do sistema se empenharem na defesa dos direitos.

Introdução às alternativas

Jéferson Assunção e Zaira Machado. O mundo das alternativas: pequeno dicionário para uma globalização solidária. Porto Alegre, Veraz, 2001. 110 p.

Uma bem feita introdução ao movimento contra a globalização neoliberal, feita no Rio Grande do Sul na esteira do primeiro Fórum Social Mundial. Composta de verbetes críticos, com cartões e muita ilustração, destaca as idéias das principais figuras que compareceram ao Fórum. Por exemplo, na letra X, temos os verbetes "xenofobia, um traço da globalização financeira" e "xeque-mate no neoliberalismo". Ao final, uma relação dos sites das principais organizações do movimento anti-globalização.

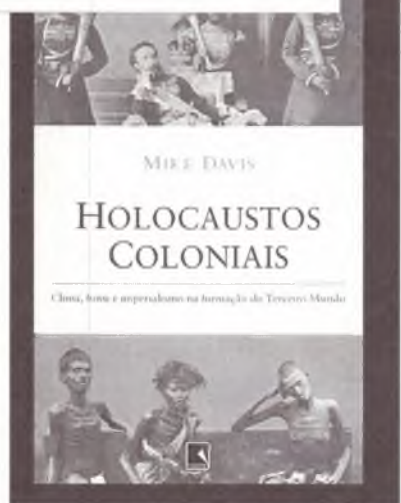
Disputa de rumos do PT

Raul Pont. A estrela necessária. Porto Alegre, Veraz, 2002, 236 p.

Esta coletânea de textos de Raul Pont, apresentada por Miguel Rosseto, inicia-se com um debate entre Raul, Flávio Koutzii, Dilma Roussef, Miguel Rosseto e Paulo Vizenini sobre a trajetória da esquerda dos anos 60 à construção do PT. Uma segunda parte agrupa textos tratando das "experiências de democracia participativa". Uma terceira, artigos e documentos sobre "programa e construção partidária". A última é um encarte fotográfico sobre Raul e a esquerda brasileira das últimas décadas.

SEM LOGO

A TIRANIA DAS MARCAS EM UM PLANETA VENDIDO NAOMI KLEIN



HOLOCAUSTOS COLONIAIS

China, fome e reapreensão na formação do Terceiro Mundo

A teoria da revolução no jovem Marx



O

A construção do movimento global

Christophe Aguiton. O mundo nos pertence. São Paulo, Viramundo, 2002. 224 p.

Uma radiografia das lutas sociais mais recentes e suas reações à mercantilização do mundo feita por uma das principais lideranças do movimento global. Sindicalista, promotor das "euomarchas" contra o desemprego e dirigente do Attac francês, Aguiton desdobra sua análise em uma sistematização da mundialização do capital e do reordenamento político que ela impõe, de uma parte, e uma análise da mundialização dos movimentos sócias, de outro. Dois posfácios analisam as manifestações de Gênova, em julho de 2001, e as repercussões do 11 de setembro sobre o movimento global.

A realidade superando a ficção

Susan George. O relatório Lugano: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. São Paulo, Boitempo, 2002. 224 p.

Que medidas proporem um grupo de especialistas e intelectuais contratados por corporações e governos para definir, a partir das premissas do neoliberalismo, o futuro do sistema capitalista? Tomando esta idéia como ponto de partida, George escreve um romance que nada tem de ficcional. Reunido na cidade suíça de Lugano, este grupo debate abertamente as alternativas para enfrentar a crise ecológica e demográfica, o que fazer com uma população supérflua para o sistema, como impor o governo global do capital no mundo etc. Uma obra contundente.

A bomba da dívida externa

Eric Toussaint. A bolsa ou a vida. A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002. 416 p.

Dirigente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo da Bélgica, Toussaint produziu uma exaustiva e didática análise da mundialização do capital e de como ela aprofunda as desigualdades em escala planetária, através do mecanismo da dívida externa. Acompanhando a financeirização do capitalismo contemporâneo, ele desvenda o funcionamento perverso da dívida como forma de perpetuação da pobreza e do subdesenvolvimento, concluindo com uma discussão das alternativas.

A Bíblia do movimento antiglobalização

Naomi Klein. Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro, Record, 2002. 544 p.

Em um dos mais instigantes livros sobre o capitalismo contemporâneo, cuidadosamente ilustrado e soberbamente bem escrito, a autora, uma jornalista canadense, mostra como as companhias transnacionais convertem o mundo em uma oportunidade de *marketing*. Klein percorre o caminho da crítica cultural à política com facilidade, mostrando as raízes do movimento contra a globalização neoliberal e as razões pelas quais marcas como Nike, McDonald's ou Shell são alvo de campanhas por ativistas de todo o mundo, para terminar nos deixando em Porto Alegre, no I Fórum Social Mundial, discutindo o que pode ser um mundo sem marcas.

Usos políticos do clima

Mike Davis. Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Record, 2002. 488 p.

Tomando como ponto de partida a descrição da grande seca de 1876-8, que assolou a Ásia, África e América Latina (em particular o nordeste brasileiro), Davis mostra como estes fenômenos climáticos não causavam gigantescas catástrofes humanitárias. Governos que não regiam suas decisões pelo mercado, mantinham suprimentos de emergência ao alcance das populações. Com a extensão do mercado mundial e de um novo imperialismo, no final do século XIX, temos simultaneamente o congelamento dos países dominados na condição de Terceiro Mundo e a criação de uma fome estrutural.

as multidões e o império

entre globalização da guerra e universalização dos direitos

Jéferson Assunção

Graciela Hopstein

COLEÇÃO POLITENHA DOS MULTÍPLIX

O MUNDO das Alternativas

PEQUENO DICIONÁRIO PARA UMA GLOBALIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Jéferson Assunção e Zaira Machado



A Estrela Necessária

Raul Pont



VERAZ

MANIFESTAÇÃO DE MASSA EM ROMA

Reunidos no Circus Maximus, único lugar na capital italiana grande o suficiente para receber tantos manifestantes, mais de dois milhões de pessoas protestam contra a reforma trabalhista de Berlusconi.

Flavia D'Angeli

Mais de 2 milhões de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, jovens, precarizados, estudantes, mas também aposentados e imigrantes, invadiram Roma, no sábado, 23 de março, na maior manifestação da história republicana. Uma manifestação imensa, que ultrapassou as expectativas da CGIL, principal organização sindical italiana, que chamou a iniciativa. A mobilização foi convocada, no início, para combater a decisão do governo Berlusconi de "reformular" o Estatuto dos Trabalhadores, em particular o artigo 18, que prevê a obrigação de resarcir o trabalhador demitido injustamente, coração da ofensiva antioperária da direita. Mas no contexto extremamente efervescente da situação social italiana, a manifestação se tornou o ponto de referência para as diversas lutas sociais e contestações contra o governo, como os "girotondi" ou, ainda mais, o movimento dos Fóruns Sociais ("aqueles de Gênova", como são chamados na imprensa).

Mas, somente três dias depois da morte do colaborador do Ministro do Trabalho, Marco Biagi, autor justamente da reforma do artigo 18, e depois da tentativa do governo de utilizar o atentado terrorista contra o movimento, a manifestação foi também uma grande ocasião de protagonismo social e democrático.

festação foi também uma grande ocasião de protagonismo social e democrático.

Dinâmica unitária

A volta das Brigadas Vermelhas intervém pontualmente em um período quente da luta social. Frente à tentativa do governo de promover uma reestruturação substancial das garantias sociais e democráticas conquistadas depois da Segunda Guerra Mundial – contrato nacional de trabalho, proteção contra as demissões, aposentadorias, saúde e educação pública –, a CGIL, sindicato tradicionalmente ligado ao PCI e depois ao PDS, mas agora mais crítico à linha liberal-democrata das cúpulas deste partido, reagiu com uma intensificação dos protestos, a realização

de numerosas greves nas fábricas, a manifestação de 23 de março e a convocação de uma greve geral para 17 de abril. Esta determinação criou uma convergência de todas as oposições, da mais radical da Refundação Comunista até a da Oliveira (a coalizão de centro derrotada por Berlusconi), em uma luta comum contra o governo. Ao contrário das outras duas grandes confederações sindicais, a CISL (sindicato cristão moderado) e a UIL (sempre ligada ao Partido Socialista de Craxi, hoje parte da Oliveira), a CGIL rompeu a negociação com o governo e com o patronato e seguiu o caminho do conflito social, até aceitar a convocação comum da greve geral para 17 de abril, que será a primeira em vinte anos.

O assassinato de Marco Biagi – reivindicado pelas Brigadas Vermelhas, que após anos parece querer ocupar novamente, e sempre de uma maneira inquietante, um lugar no quadro político-social italiano – foi imediatamente utilizado por Berlusconi e pelo presidente da Confindustria, organização patronal contra os sindicatos, em particular a CGIL e em geral contra o movimento antiglobalização. Agora, a CGIL, a CISL e a UIL acabam de anular seu próximo encontro com o governo por causa das últimas declarações de Bossi e do Ministro da Defesa, identificando explicitamente no movimento sindical a "água onde nada o terrorismo", depois da mesma declaração ter sido dirigida ao movimento dos Fóruns Sociais e seus animadores mais conhecidos, como Agnoletto e Casarini.

Nova temporada de direitos sociais

Mas o movimento soube demonstrar ainda uma vez sua força, sua capacidade de mobilização social e sua atitude ao mesmo tempo radical e democrática. Os Fóruns Sociais, que já na primeira assembleia nacional de 2 e 3 de março, tinham decidido participar, com sua própria plataforma, na manifestação da CGIL, e impulsionaram um cortejo de mais de 300 mil pessoas, muito vivo e colorido, propondo a toda a manifestação e à opinião pública, a idéia de que a defesa intransigente do artigo 18 deve conduzir a uma nova "temporada de direitos sociais", a partir da extensão do Estatuto dos Trabalhadores a todos os novos contratos precários, e da reivindicação de uma renda social européia para os desempregados e os precários. Com um palco móvel, montado sobre um caminhão

de 13 metros de comprimento, atravessaram a manifestação sindical se misturando com os milhões de trabalhadores mobilizados pelo sindicato, recebendo por toda parte a simpatia e o apoio dos manifestantes.

A manifestação de sábado, e sua capacidade de reunir os diferentes setores da oposição social em torno do mundo do trabalho, tiveram efeitos imediatos sobre a esquerda moderada. Seus erros e suas derrotas, de fato, levaram milhões de pessoas a defender sua própria condição de vida, organizando-se ao redor de uma nova participação democrática. Uma "irrupção de baixo" na vida política, que já tínhamos visto em Gênova, contra a cúpula do G8, depois, em um terreno puramente democrático e não social, com o fenômeno dos "girotondi", e por fim através do movimento sindical tradicional, que encontrou na CGIL um instrumento capaz de recolher esta ambição e esta vocação. Um protagonismo que redefine as prioridades, graças à ação de massa: uma política própria, para além da desconfiança do "palácio" e das alquimias burocráticas; reivindicações concretas – a não flexibilização do trabalho – para dar uma esperança a suas próprias necessidades materiais; um protagonismo direto que deverá se exprimir, imediatamente, através de uma necessária greve geral; uma defesa intransigente da democracia contra toda barbárie terrorista e toda manipulação cínica pelo governo

Apenas oito meses separam a manifestação de sábado das jornadas de julho em Gênova. Mas uma característica evidente une os dois acontecimentos. Então começávamos, em uma cidade esvaziada pela violência da polícia, a marchar contra a arrogância dos poderosos. Continuamos contra a guerra e o liberalismo, freqüentemente sós. Hoje este pequeno fluxo de rebelião se transformou em uma imensa praça permanente, que continua a reafirmar o conceito, simples e genial, forjado em Porto Alegre: um outro mundo é possível. E a praça volta a ser um lugar legítimo da política. ■

Flavia D'Angeli é dirigente da Refundação Comunista. Traduzido do **Rouge**.

MAIO/2002

PUBLICAÇÃO
DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA
SOCIALISTA
DO PT

EM TEMPO

